UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

RAFAEL OLIVEIRA PAULINO

O impacto dos eventos institucionais na imagem pública da ALMG

Belo Horizonte
2013

RAFAEL OLIVEIRA PAULINO

O impacto dos eventos institucionais na imagem pública da ALMG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Banca Examinadora:

Mário Fuks (Orientador)

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Belo Horizonte
2013

Agradecimentos

Este trabalho é dedicado aqueles que sempre me motivaram e tornaram a realização dessa jornada possível, minha família – minha mãe Maria Luzia, meu pai José Osvaldo, meu irmão Oswaldo e a minha irmã Bárbara – que ajudou muito na leitura dos capítulos. Dedico também a minha namorada Tassiana Borges, companheira durante boa parte dessa trajetória, que sempre me incentivou e demonstrou muito amor e carinho.

Agradeço aos amigos e companheiros de Iniciação Científica, Diego Cortezzi e Guilherme Quaresma, que também colaboraram muito no banco de dados aqui utilizado. Também ao amigo Gabriel Casalecchi pelas leituras e críticas.

Agradeço a toda comunidade UFMG pelo convívio nesse período. A todos os professores do Departamento de Ciência Política (DCP) pela dedicação e, em especial, ao Professor Dr. Ernesto Amaral pela atenção, empenho e dedicação na formação dos alunos do curso de Gestão Pública.

Não poderia me esquecer de agradecer a todos os colegas de curso e com carinho especial a Emerson Barbieri, Geraldo Muniz e Vanderlei Vital pela parceria e pelos cafezinhos que juntos produziram trocas de ideias tão construtivas.

Ao meu orientador Professor Dr. Mario Fuks pela dedicação, paciência e orientação desde a Iniciação Científica.

RESUMO

As inovações institucionais promovidas, durante a década de 1990, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), associadas a um conjunto de estratégias visando a sua divulgação, foram acompanhadas por uma mudança na imagem pública desta instituição. Isso não ocorreu da forma esperada e, muito menos, de forma homogênea na população mineira (FUKS, 2009). Nesse sentido, alguns estudos têm sido realizados explorando as seguintes questões sobre a imagem dessa instituição: 1) a opinião pública mineira a respeito da ALMG; 2) as estratégias de comunicação da ALMG; 3) a cobertura da Assembleia realizada pelo jornal Estado de Minas. Isto possibilita investigar a associação entre mudança institucional e cultura política. Em sentido similar, o presente estudo pretende verificar se os eventos institucionais criados no processo de inovação institucional da ALMG, com o objetivo de promover a interlocução com a sociedade mineira, foram acompanhados por uma mudança na imagem pública de forma heterogênea perante aqueles que participaram e não participaram de tais eventos. Para tal análise utilizamos um banco de dados fruto da aplicação de questionários com lideranças da sociedade civil organizada. Há grupos de tratamento e controle, respectivamente, os participantes e os não-participantes de um evento especifico da ALMG, os Seminários Legislativos.

Buscando responder essa questão de forma empírica, chega-se à conclusão de que o processo de inovação institucional, no que diz respeito à promoção de eventos, mostrou-se menos importante do que o interesse pela ALMG na relação com uma imagem positiva da instituição. Mas dada a relação do interesse com a participação em eventos, não se deve desconsiderar os efeitos da participação no processo, sendo necessários novos estudos e metodologias para que se compreenda mais substancialmente o processo.

Palavras-chave: Cultura política; opinião pública; imagem institucional políticas públicas, avaliação de políticas públicas.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição percentual das organizações amostradas por sua natureza

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Etapas e formato dos Seminários Legislativos

Tabela 2 – Composição dos grupos de tratamento e controle

Tabela3. Participantes e não-participantes de Seminários segundo Cadastro da ALMG por resposta auto-declarada no questionário referente a pergunta se participou do evento

Tabela 4 – Composição dos grupos após contato telefônico

Tabela 5 - Perfil sociodemográfico comparado entre ONGs e PRMBH

Tabela 6 – Confiança nas instituições por grupos de tratamento e controle e grau de participação em eventos da ALMG.

Tabela 7 - Distribuição Percentual por variáveis independentes

Tabela 8 - Média da Confiança, Avaliação e Imagem por variáveis independentes

Tabela 9 - Confiança em instituições políticas

Tabela 10 – Confiança na ALMG

Tabela 11 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente “avaliação da Assembleia de Minas”, 2009.

Tabela 12 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente “avaliação dos deputados”, 2009.

Tabela 13 - Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente “avaliação do corpo técnico”, Brasil, 2009.

Tabela 14 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente “imagem da Assembleia de Minas”, 2009.

Tabela 15 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente “confiança na Assembleia de Minas”, 2009.

Tabela 16 – Interesse pela ALMG por tratamento e controle; e por frequência a eventos

Tabela 17 - Confiança no Congresso para lideranças da sociedade civil

Tabela 18 - Distribuição Percentual sociodemográficas (sexo, raça, renda)

Tabela 19 - Média da Confiança, Avaliação e Imagem por sociodemográficas

Tabela 20 - Confiança no Congresso para lideranças da sociedade civil

Tabela 21 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação da Assembleia de Minas", 2009.

Tabela 22 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação dos deputados", 2009.

Tabela 23 - Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação do corpo técnico", Brasil, 2009.

Tabela 24 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "imagem da Assembleia de Minas", 2009.

Tabela 25 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "confiança na Assembleia de Minas", 2009.

Lista de Quadros

Quadro 1. Identificação das variáveis independentes

Lista de Figuras

Figura 1 – Gráficos preditos das variáveis dependentes por tratamento e controle; e por frequência a eventos para interessados e não interessados na ALMG.

Figura 2 – Gráficos de avaliação predita para individuos sem interesse na ALMG

Figura 3 – Gráficos de avaliação predita para individuos com interesse na ALMG

Sumário

1) Introdução 1
2) Referencial Teórico 3
2.1 Atitudes, orientações e instituições políticas 3
2.2 Confiança nas instituições políticas 5
2.3 Confiança, avaliação e imagem 8
2.4 Participação e confiança 8
2.5 Imagem da Assembleia de Minas 11
2.6 Processo de inovação institucional 17
2.7 Seminários Legislativos 19
3) Metodologia 23
3.1 Desenho da pesquisa 23
3.2 Estratégias de pesquisa 27
4) Avaliando a imagem da ALMG 32
4.1 Análise Descritiva 32
4.1.1 Perfil sociodemográfico 32
4.1.2 Média das variáveis de interesse por tratamento e controle 34
4.1.3 Imagem do público geral versus lideranças da sociedade civil 39
4.2 Imagem da ALMG entre participantes e não participantes dos Seminários Legislativos 41
5) Considerações finais 54
6) Referências Bibliográficas 56
7) Anexos 1
7.1) Anexo A 1
7.2) Anexo B 1
7.3) Anexo C 2
7.4) Anexo D 3
7.5) Anexo E 8
7.6) Anexo F 1

1) Introdução

Esse trabalho se insere no campo de estudos que buscam compreender os impactos das mudanças institucionais nas atitudes políticas dos cidadãos. De um lado, estão as inovações institucionais promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), de outro a percepção da sociedade sobre essa instituição.

A ALMG é tida como referência nacional e passou por um intenso processo de inovação institucional na década de 90, quando foram criados eventos com o objetivo de promover interlocução com a sociedade mineira. Destacam-se neste sentido os Fóruns Técnicos e os Seminários Legislativos, que culminam na elaboração de projetos de lei. Assim, o objetivo desse trabalho é compreender se os segmentos da sociedade civil que participaram de eventos dessa natureza têm uma imagem da ALMG mais positiva do que aqueles que não participaram.

A abordagem será através da análise de dados provenientes de um *survey* aplicado com lideranças da sociedade civil, participantes e não participantes, do evento Seminários Legislativos.

Acredita-se na relevância de estudar os efeitos das inovações institucionais implementadas, como foi o seu impacto na opinião pública e como a imagem pública da instituição foi afetada – por esse tipo de estudo se mostrar promissor para compreender de forma mais detalhada os processos definidores da legitimidade das instituições políticas, peças fundamentais do regime democrático, que sofrem cada vez mais com a desconfiança de seus cidadãos. Do ponto de vista democrático é importante que tenhamos cidadãos que dão valor às suas instituições políticas como a Assembleia, pois funcionam como canais de participação popular, como mecanismos de freios e contrapesos entre os poderes e se mostram fundamentais para a qualidade do regime democrático. Outros autores (Moisés e Carneiro, 2008; Fuks e Casalecchi, 2012, por exemplo) ainda acrescentariam: quando essas funcionam adequadamente. O que seria o caso da ALMG, referência como legislativo nacional.

Fuks (2010b), já mostrou evidências que as inovações institucionais da ALMG não foram acompanhadas de forma homogênea pela população, sendo provável que tenha sido mais intensa no público atento às informações e política. Seu foco esteve na população mineira e nas notícias vinculadas pelo jornal mais expressivo do estado. Esta

constatação estimula o presente trabalho, que busca compreender se a inovação institucional e os canais de participação criados melhoraram a imagem da ALMG nos públicos que tiveram contato direto com essas experiências.

Nesse sentido Fuks & Casalecchi (2011), Casalecchi (2011) e Quaresma (2013) encontraram evidências de uma maior confiança na ALMG perante os alunos que participaram de um evento da Assembleia denominado Parlamento Jovem. Aqui o foco também será num público mais específico, lideranças da sociedade civil - participantes e não participantes - dos Seminários Legislativos. Assim, pretende-se contribuir e ampliar a discussão, proporcionando mais evidências sobre o assunto.

A monografia está dividida em cinco seções: (1) introdução; (2) referencial teórico, no qual se busca enquadrar a análise empreendida em teorias relacionadas a temática; (3) metodologia, apresentando o desenho de pesquisa e as estratégias de pesquisa utilizadas; (4) resultados da avaliação da Imagem da ALMG, na qual são feitas análises descritivas, além da interpretação de regressões e gráficos preditos para analisar a imagem da instituição; e (5) considerações finais.

2) Referencial Teórico

2.1 Atitudes, orientações e instituições políticas

O presente trabalho toma como base teórica e busca analisar a imagem pública da ALMG perante um público específico, sobretudo pela ótica do campo da cultura política, por esse oferecer contribuições importantes aos estudos de atitudes em relação às instituições. Como bem pontua Borba, "nesse sentido, com base nos trabalhos de Inglehart (1988; 2002), Putnam (1996) e Pharr e Putnam (2000), defende-se uma abordagem para o estudo da cultura política que sirva como instrumental analítico para pesquisar as crenças, os valores e identidades dos diferentes grupos existentes na sociedade" (BORBA, 2005). Fuks (2010a) também parece ter esse entendimento:

> A temática da imagem pública tem sido recorrente nos estudos mais recentes sobre comunicação política e comportamento eleitoral, favorecida pelo consenso a respeito do fortalecimento do comportamento político personalista. No entanto, nesse campo de estudo, pouco se tem falado a respeito da imagem das instituições políticas. Tal questão tem sido deixada para os estudos sobre cultura política (ALMOND & VERBA, 1963; 1989; PUTNAM 1996; NORRIS, 1999; PHARR & PUTNAM, 2000). (FUKS, 2010, p.259).

A obra seminal de Almond e Verba "*The civic culture"* (1963) é considerada a fundadora da teoria da cultura política moderna e traz especificamente para este trabalho alguns apontamentos relevantes ao considerarem e discutirem dentro da cultura política as atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos e objetos políticos. Na verdade, os autores estão preocupados com um fenômeno mais amplo e complexo do apoio aos regimes e à democracia. Ao pensarem sobre as crenças dos cidadãos, tais autores permitem que se vislumbrem outras aplicações e análises. Isso é o mesmo que se busca neste trabalho, ao avaliar um subgrupo da população em relação às suas atitudes e orientações a respeito de uma instituição política.

Como destaca Borba (2005), Almond e Verba ao enfatizarem os padrões de orientação política em relação aos objetos políticos entre os membros de uma nação, conseguiram sair de um padrão excessivamente institucionalista de análise, agregando essa outra dimensão, a das orientações dos cidadãos, para compreender um objeto político, por exemplo, uma instituição. Ou seja, conseguiram "afastar-se das explicações mais em voga da ciência política de sua época, marcadas por uma forte ênfase no estudo das instituições políticas, que ainda não haviam conseguido desvencilhar-se das origens judicialistas da disciplina". (BORBA, 2005).

Ainda de grande valor, temos a classificação de Almond e Verba dos tipos de orientações políticas: a "orientação cognitiva", que significa o nível de conhecimento do sistema político, a capacidade de organização e processamento das informações; a "orientação afetiva", que se traduz pelos sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, atores e desempenho; e "a orientação avaliativa", significando o uso de diferentes critérios valorativos para a formulação de opiniões e juízos em relação aos objetos políticos, envolvendo uma mistura de informações, sentimentos e critérios de valor. (ALMOND e VERBA, 1963, p. 14).

Com base nessa tipificação das atitudes compostas pelas dimensões cognitivas, afetivas e avaliativas, que muitos estudos de opinião procuram mensurar as orientações dos indivíduos em relação às instituições. Apesar de ser razoável pensar que na prática a separação das atitudes não ocorra de forma tão precisa, sendo comum as pessoas expressarem, de forma mais ou menos consciente, sentimentos que combinam aspectos cognitivos, afetivos e avaliativos ao mesmo tempo.

Nessa mesma direção e pensando, especificamente sobre o apoio político, David Easton (1965) classifica o apoio em específico e difuso. A adesão em termos abstratos refere-se aos valores dos indivíduos em relação ao sistema e o apoio específico a avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e atores. Portanto, um apoio que se divide em uma dimensão ideal-normativa e em uma dimensão prática.

O que de fato fica evidente com esses estudos e se coloca como valioso para o presente trabalho é a tentativa de empreender certa separação das atitudes e orientações. Um indivíduo pode ter um grande apego à Assembleia como instituição, porém críticas ao atual momento pelo qual está passa ou em relação aos políticos que a compõem. E ainda demonstrar sentimentos diferentes sobre os técnicos que lá trabalham. Esse indivíduo ainda pode ser negativo ao avaliar o desempenho da instituição, apresentar mesmo assim confiança e ter uma imagem normativa da Assembleia como instituição aberta ao diálogo e à participação, transparente, dinâmica e que não cede à vontade do governador.

É nesse sentido que este trabalho utiliza três dimensões para medir as orientações em relação à Assembleia de Minas: (1) a avaliação da instituição ALMG, dos deputados e dos técnicos; (2) confiança; e (3) imagem (um constructo com quatro perguntas). Tais dimensões serão explicadas mais detalhadamente adiante.

2.2 Confiança nas instituições políticas

Atualmente na ciência política existem poucos estudos específicos sobre imagem institucional, mas há estudos que se aproximam e procuram estudar a opinião pública sobre as instituições políticas. Em grande medida, estes estudos estão concentrados na confiança nas instituições políticas. Para Blind (2006) a confiança política acontece quando os cidadãos avaliam o governo e suas instituições, a elaboração de políticas em geral e/ou os líderes políticos individuais com base nas promessas cumpridas, na eficiência e se foram justos e honestos.

Confiança política, em outras palavras, é o "juízo dos cidadãos que o sistema e os atores políticos são responsivos e vão fazer o que é certo, mesmo na ausência de escrutínio constante" (MILLER & LISTHAUG 1990, 358, tradução minha). Como tal, "a confiança política é um indicador central do sentimento subjacente do público sobre a sua política" (NEWTON & NORRIS, 2000, 53, tradução minha).

Na ciência política, *surveys* desde a década de 1970 (DALTON, 2004) têm registrado praticamente um constante declínio da confiança nas instituições, apesar de controvérsias (NORRIS, 2011). Essas constatações provocaram o surgimento de diversos estudos buscando encontrar causas e consequências desse fenômeno (por exemplo, LIPSET AND SCHNEIDER, 1987; NYE ET AL, 1997; MORLINO AND MONTERO, 1995; PHARR, 1997; PUTNAM, 1994, 1995a, 1995b; INGLEHART, 1990; DALTON, 1996 apud NORRIS, 1999). Muitos autores viam com preocupação o aumento da desconfiança e enxergavam um efeito normalmente negativo sobre outras esferas da vida política, como a legitimidade dos regimes (por exemplo, CROZIER, 1970; CROZIER, HUNTINGTON & WATANUKI, 1975; KING, 1975).

Outros estudos posteriores, como o de Norris (1999), sugerem que a desconfiança pode ter seu lado positivo, quando de um lado cresce a desconfiança em instituições e atores políticos, e de outro cresce também a adesão normativa à democracia. Esse seria o “cidadão crítico” com capacidade de distinguir entre as normas e princípios do regime e o funcionamento prático/desempenho das instituições. Porém, a interpretação mais atenta sugere que se trata de um cidadão mais refinado, escolarizado, que consegue discernir entre os objetos políticos, sendo diferente do cinismo em relação à política.

Outro autor que contesta uma visão pessimista da queda da confiança é Inglehart (1999; 2005) filiado a uma abordagem macro da mudança cultural em perspectiva comparada. O autor considera que as críticas e desconfiança ante as estruturas tradicionais de representação política (por exemplo, partidos, sindicatos e congressos) fazem parte de um fenômeno mais amplo. Os cidadãos que cresceram em sociedades que passaram por crescimento econômico significativo e consequentemente por uma mudança de valores individuais em direção à valorização da auto-expressão se demonstram mais exigentes em relação a seus líderes e instituições. Dessa forma, os cidadãos prefeririam novas formas de participação (não-convencionais), mais contestatórias e menos hierarquizadas, além do que apresentariam níveis maiores de desconfiança nas instituições políticas.

Por outro lado, as análises sobre a desconfiança política se mostram mais apreensivas em relação às novas democracias. O argumento otimista da desconfiança, da existência de cidadãos mais críticos é pouco aplicado nesse contexto. Aqui as interpretações exacerbam a fragilidade das instituições democráticas, o baixo interesse e eficácia política de seus cidadãos, a falta de reservatório de confiança no regime e suas instituições que estaria ligado com a ausência de grande tradição democrática, a ambivalência de opiniões (aderem à democracia como melhor forma de regime, mas aceitariam uma democracia sem partidos e congresso) e a existência de resquícios autoritários (POWER & JAMISON, 2005). Moisés (2005) interpretando Claus Offe (1999) chega a uma visão interessante sobre a questão:

> O panorama geral das novas democracias mostra, dessa forma, que nesse caso não está em questão uma crise de confiança política que, em realidade, não logrou se enraizar em sua experiência recente, mas as dificuldades do novo regime para adensar a ligação orgânica entre os cidadãos e as estruturas de poder. Na maior parte dos casos, as pessoas revelam não confiar umas nas outras e apenas um pouco mais nas instituições. Se isso não impede a existência do regime democrático, aponta, contudo, para problemas que podem comprometer sua capacidade de coordenar ações coletivas. Quando as instituições não contam com a confiança dos cidadãos, têm dificuldades para funcionar como mediação entre suas expectativas e os objetivos coletivos propostos por governos e por lideranças políticas (MOISÉS, 2005).

Em relação à desconfiança nas instituições políticas, dado as interpretações fatalistas de alguns estudos, como ressalta Power e Jamison (2005), é importante sempre contrastar as medidas de confiança em relação a uma instituição com outros objetos políticos e não-políticos (empresas, igrejas, polícia, exército, congresso nacional e etc). De forma a assegurar o que seria uma excepcionalidade em relação a

determinado objeto, e não, uma síndrome mais generalizada da confiança. Esse efeito generalizado seria visto como uma atitude de ceticismo e descrença com a política como um todo.

É esse fenômeno que Lagos (1997) identifica na América Latina. Nesse estudo, a autora observa uma desconfiança generalizada entre os latino-americanos em relação a diversos objetos e não somente aos políticos. “Em dezessete países latino-americanos pesquisados pelo Latinobarómetro, a partir de meados dos anos 1990, apenas 1/5 do público expressou “muita” ou “alguma” confiança em partidos políticos, e menos de 1/3 declarou confiar nos governos, parlamentos nacionais, nos funcionários públicos, na polícia e no judiciário”. (LAGOS, 1997 apud MOISÉS, 2005).

O caso brasileiro é ainda mais intrigante, tendo em vista que diversos estudos mostram que o país possui as menores taxas de confiança em diversas dimensões. Power & Jamison (2005), por exemplo, em relação a confiança interpessoal verifica com dados do WVS 1990-93, que apenas 7% dos brasileiros confiam uns nos outros, a média também é baixa para a América Latina como um todo, mas não tanto, verifica-se 33% para o México, 23% para Chile e Argentina. Nas pesquisas do Latino-barômetro entre 1993 e 2006 a média dos latino-americanos ficou entre 16% e 23%, mas na pesquisa de 2003 o Brasil obteve meros 4% em confiança interpessoal.

Estudos como o de Moisés (1995) sugerem que uma desconfiança dos brasileiros especialmente nas casas legislativas e nos partidos políticos teria como motivos a incapacidade das instituições em corresponder às expectativas criadas pelos indivíduos e a permanência de traços autoritários herdados do passado. Power e Jamison (2005) creditam a desconfiança nas instituições políticas ao fraco desempenho econômico que afetou a maioria das novas democracias, os escândalos de corrupção e o uso instrumental das instituições políticas.

Temos visto que o atual contexto é marcado pela existência de uma cultura política da desconfiança, sobretudo, nas instituições políticas e ainda que essa desconfiança pode ser prejudicial, especialmente no contexto das novas democracias. Por outro lado, acredita-se que existem situações e contextos em que esse padrão é atenuado ou, por vezes, invertido, por exemplo, quando as instituições são bem sucedidas. Nesse sentido, a constatação é de que a maioria dos estudos nessa área estão focados na desconfiança política e ainda carecemos de maiores evidências empíricas do

fenômeno inverso como ressaltam Fuks & Casalecchi (2012). Como os autores pretende-se apostar nesse outro sentido. Quando as instituições não funcionam bem é esperada uma atitude negativa do público, a desconfiança, porém, quando essas funcionam adequadamente a atitude deve ser positiva, de confiança.

Portanto, para o presente trabalho entende-se que confiar seria uma atitude positiva desde que exista uma mudança real no mundo político que justifique essa confiança. A aposta é que na ALMG existe essa mudança. Portanto, é razoável supor que confiar nesta instituição seja positivo e não negativo. Nesse sentido, as transformações e inovações pelas quais a ALMG passou e a maior abertura para o público, justificaria uma atitude de maior confiança, principalmente naqueles que tiveram maior contato com a Casa.

2.3 Confiança, avaliação e imagem

Muitos estudos da área de cultura política têm separado atitudes de adesão democrática, satisfação com o regime e confiança em suas instituições (NORRIS, 1999; DALTON, 2004 e SELIGSON & BOOTH, 2006). Esses mostram que ao lado de sua visão ideal da democracia, as orientações dos cidadãos referem-se também ao funcionamento prático das instituições. Dessa forma, a adesão à democracia seria uma visão ideal-normativa, ligada aos princípios do regime democrático. A satisfação com o regime e a confiança (nas instituições) estaria associada ao funcionamento/desempenho prático das instituições.

De forma paralela a essa multidimensionalidade do apoio político, foi pensada a relação entre imagem, avaliação e confiança no presente estudo. A imagem estaria associada a uma visão mais normativa da ALMG, se seria uma instituição aberta ao diálogo, dinâmica, transparente e não submissa as vontades do governador (o ideal normativo que permeia a instituição). A avaliação e confiança, por sua vez, estariam ligadas ao funcionamento prático da ALMG.

2.4 Participação e confiança

Como já mencionado, desde a década de 1990, a perda da confiança pública nos políticos e autoridades tornou-se uma preocupação generalizada nas diversas sociedades democráticas. Nesse sentido, a literatura parece apontar para o entendimento de que a

participação do público é considerada uma potencial solução para a crise na confiança pública e governança. A ideia é que o público deve ser envolvido mais plenamente no processo político, com as autoridades buscando a opinião pública e a participação, em vez de tratar o público como simplesmente destinatários passivos de decisões políticas.

O pressuposto subjacente é que a participação pública aumenta a confiança pública, melhorando a eficácia política do cidadão, melhorando os ideais democráticos e até mesmo melhorando a qualidade das decisões políticas. No entanto, os supostos benefícios da participação do público em restaurar a confiança pública estão ainda a ser confirmados.

Segundo Mishler e Rose (2005) a confiança fortalece as crenças dos cidadãos de que o governo é responsivo e encoraja os cidadãos a expressar suas demandas por meio da participação, desde votar até ingressar em organizações. O retorno de ações governamentais em resposta a essas demandas reforça a confiança em um processo recursivo em que a confiança é ao mesmo tempo causa e consequência, dependendo do ponto de entrada no processo (MISHLER & ROSE, 2005). Esse argumento é muito válido ao considerarmos a questão da confiança influenciar a participação ou a participação gerar confiança. Estudos variados tem adotado o argumento em diversos sentidos, inclusive entendendo o processo como circular de retroalimentação.

Em seu estudo em 2001, Rennó busca testar principalmente as teorias que colocam a confiança interpessoal como influente e estimulando a participação. Porém, seus resultados empíricos para países da América Latina mostram pouca associação:

> É verdade que a confiança está relacionada com algumas formas de participação política e envolvimento com questões públicas em alguns países da América Latina, mas não na maioria deles. Por outro lado, a confiança interpessoal está associada principalmente com as visões sobre comportamento de obediência às leis, igualdade legal entre cidadãos e confiança nas instituições públicas e, em grau menor, com o engajamento em associações cívicas. (RENNÓ, 2001, p.55).

Bonifácio, estudando países latino-americanos, observa a relação pelo prisma da confiança política afetar a participação, entendendo que “os mais confiantes são os maiores entusiastas das formas de expressão democrática, sendo, portanto, os mais afeitos a se engajarem em atividades participativas” (BONIFÁCIO, 2012). Porém, em seus testes empíricos encontra pouca relação da confiança institucional (congresso,

governo federal e partidos) e a confiança no presidente com os tipos de participação política. Freire (2012) também chega a resultados de que não há uma relação positiva direta entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico. (FREIRE, 2012).

Dhavan V. Shah diferentemente da maioria dos autores analisados, encontrou resultados do engajamento cívico ter um papel poderoso no nível de confiança interpessoal de um indivíduo, sendo que a relação inversa não ocorreu. Autores como Putnam (1995) e Rahn (1997) destacavam resultados de uma relação causal mútua entre participação e confiança (ciclo virtuoso), que não foi comprovada em seu estudo (SHAH, 1998).

Um autor que faz um bom resumo das relações costumeiramente estudadas entre confiança política e participação política é Li Lianjiang (2008). O autor coloca que é geralmente aceito que a desconfiança está correlacionada com a participação não institucionalizada ou mobilizada (mobilized participation) (Gamson 1968). A baixa confiança no governo tem sido encontrada sendo associada com a aprovação de protestos e confrontações (Aberbach 1969; Aberbach e Walker 1970; Abravanel e Busch 1975), bem como o envolvimento em motins (Paige 1971), a desobediência civil e a violência (Muller e Jukam 1977; Muller 1979), as atividades de mobilização, como invasões e greves (Seligson 1980), boicotes, manifestações, protestos e desordem civis (Nilson e Nilson 1980; Kaase 1999; Tarrow, 2000), e atividades anti-sistema (Muller, Jukam e Seligson 1982). No entanto, os pesquisadores costumam discordar sobre o efeito da confiança na participação institucionalizada. Lianjiang também mostra que alguns estudos argumentaram que não existe relação entre a confiança e a participação eleitoral (Seligson 1980; W. Miller, 1980; Citrin 1974; Abramson, Aldrich e Rhode 1995; Bratton 1999), enquanto outros já sugerem que os indivíduos mais confiantes seriam mais prováveis de comparecerem às eleições (Shaffer, 1981; Southwell 1985; Pattie e Johnston 2001; Belanger e Nadeau 2005). Por último, afirma que é geralmente aceito que a participação tende a reforçar a confiança ou desconfiança que lhe está subjacente e que neste ponto de vista, a participação institucionalizada como o voto aumenta a confiança (Thompson, 1970; Iyengar 1980; Finkel 1987), enquanto a participação não-institucionalizada ou agressiva aprofunda a desconfiança (Finkel 1987; Muller, Seligson e Turan 1987). Da mesma forma, o protesto pacífico, em que os

confiantes e os desconfiantes são igualmente propensos a participar, teria pouco efeito sobre a confiança (Finkel, 1987). (LIANJIANG, 2008).[1]

A conclusão desses estudos parece caminhar para interpretação de que as explicações do fenômeno ainda não mostram de forma contundente as relações e o processo que ocorre entre confiança e participação. Outro estudo que parece encontrar esse mesmo resultado é o de Newton (1999).

Inclusive existem questionamentos, que ao associarem a participação com uma maior transparência e *accountabbility*, distinguem duas visões: os otimistas que acreditam que a transparência pode trazer aumento da confiança pública no governo, reduzindo o sigilo e aumentando a compreensão; e os pessimistas que afirmam que um maior acesso a informação e o funcionamento das instituições, caso essas não funcionem bem, pode reduzir a confiança do público. (WORTH & GRIMMELIKHUIJSEN, 2012).

Para o presente trabalho interessa especialmente a relação no sentido da participação aumentar a confiança. Dessa forma, alguns dos poucos autores que exploram a questão consideram que "cidadãos mais informados e educados sobre os papeis exigidos e as realizações positivas do governo" melhoram o problema da desconfiança nos políticos e instituições. (WANG & WAN WART, 2007, P.257; tradução minha). Para tanto, precisamos partir da premissa que a instituição em foco tenha um bom desempenho e estrutura a mostrar.

2.5 Imagem da Assembleia de Minas

Nesta seção, busca-se apresentar três trabalhos com foco especialmente na imagem da Assembleia de Minas. Dois deles têm foco no tipo de cobertura feita pela imprensa mineira sobre a instituição, mas também tentam verificar o impacto na opinião pública. O outro estudo trata das inovações institucionais promovidas pela ALMG e sua percepção pela sociedade mineira. Acreditamos que assim trazem grande contribuição para contextualizar melhor o estudo aqui proposto.

Fuks (2010a) agrega importantes contribuições ao presente debate sobre a imagem da ALMG. É notório e muito estudado que as informações veiculadas pela mídia impactam em demasiado a opinião pública, tendo um papel positivo ou negativo

[1] Todos os autores citados nesse trecho foram consultados e se encontram na obra de LIANJIANG, 2008.

na produção da informação, apatia, debate, “accountabbility” e inclusive na legitimidade das instituições políticas em relação a seu público.

O autor com base nos resultados de seu estudo, acompanhando um momento propício a observar eventos positivos e negativos sobre a ALMG, observa que “os eventos de natureza negativa ocuparam lugar de destaque, enquanto as ocorrências geradoras de boas notícias tiveram, se muito, presença discreta na cobertura do jornal *Estado de Minas*” (FUKS, 2010a). Assim, como possíveis efeitos desse tipo de cobertura pode-se citar uma alta taxa de renovação parlamentar, uma evolução dos gastos de publicidade da ALMG e mudanças das atitudes dos mineiros em relação à ALMG. Analisando um período específico, a 14ª legislatura (1999-2002), o autor constata três características da cobertura do jornal Estado de Minas, que não contribuíram para que as inovações institucionais implementadas pela Assembleia fossem acompanhadas de uma mudança positiva na imagem pública da instituição:

> 1) um único evento (o escândalo dos mega-salários) dominou, pelo volume de matérias, por sua extensão no tempo e pelo efeito sobre a cobertura como um todo, a segunda metade da Legislatura; 2) a ALMG perde espaço no jornal a partir de 2001; 3) os eventos freqüentes, associados a um projeto de quase duas décadas, visando a profissionalização, a modernização e a democratização da ALMG, raramente tornaram-se notícia nas páginas do jornal. (FUKS, 2010a).

Para Fuks parece ser decisiva a predominância de uma “cultura da desconfiança” entre os atores do campo midiático sobre a política, o que acarreta numa pior informação sobre o bom desempenho das instituições políticas (FUKS, 2010a). Esse quadro parece prever o tipo de imagem que os receptores (público em geral) adquirem da ALMG. Dessa forma, não havendo outros canais de comunicação fortes e algum tipo de contato com a instituição o padrão esperado de imagem da ALMG seria o mesmo que o da mídia – a desconfiança.

Essa constatação é de grande relevância para entendermos o fenômeno mais amplo da desconfiança e má avaliação das instituições políticas. Esse retrato de cobertura midiática é bem provável de ser verificado em vários outros contextos. Quando forem mostrados os índices de confiança nas diversas instituições políticas e na ALMG, explicações como essa, dentre outras e além do próprio comportamento parlamentar (tido habitualmente como negativo pela população) tornam-se significativas

para o entendimento do fenômeno. Em outro momento de sua análise, o autor evidência outros fatores que contribuem para uma desconfiança na ALMG:

> A visão homogênea do mundo da política é reforçada pelo fato de que, para a maioria dos mineiros, a ALMG situa-se num espaço distante do seu mundo cotidiano, sem despertar interesse por informação. Se não se informa, é mais provável que a imagem que esse indivíduo tenha do poder Legislativo estadual seja resultado de processos variados, passando pela recepção de informação "gratuita" e de maior destaque (ex.: a primeira página dos jornais ou as chamadas do noticiário da noite) e por certos "atalhos", como, por exemplo, ao vincular a sua avaliação do Legislativo estadual à imagem vaga que tem dos políticos e instituições políticas em geral. (FUKS, 2010a).

Nesse sentido, cabe destacar que adotar o mesmo padrão de avaliação do Legislativo nacional para a ALMG ou estabelecer uma identidade entre a ALMG como instituição e os deputados estaduais que exercem o seu mandato na Assembleia seriam tipos de um mesmo "efeito de contaminação" como destaca o autor.

Portanto, a conclusão é de que com base na 14ª Legislatura não se verifica indícios, tanto no jornal como na sociedade, de uma mudança perceptível de atitude, não parecendo serem reconhecidas as inovações institucionais da ALMG. Como destaca o autor, esse parece ser um padrão nacional, em que a mídia toma um sentido de dar "uma pior informação sobre o bom desempenho das instituições políticas" apesar de demonstrar grandes avanços no desenvolvimento de um contexto informacional que permite maior controle dos representantes. (Idem).

Assim é destacado ao final do texto, que esse tipo de processo de mudança da imagem institucional é reconhecido por um caráter de longa duração e que talvez se trate de percurso lento e progressivo, mas potencializado com: "a progressiva ampliação do contato que segmentos da sociedade mineira têm tido com a Assembleia como participantes de eventos legislativos (seminários legislativos, fóruns técnicos, audiências públicas etc.) e outras atividades" (Ibidem). É dessa forma que está inserida a proposta deste trabalho, ao tentar ver nesse público (participantes de eventos legislativos) uma imagem diferenciada da ALMG.

Fuks e Fialho (2009) trazem outras importantes contribuições ao tema. Analisando mais especificamente "o impacto das estratégias de comunicação realizadas pela ALMG durante a década de 1990 sobre a opinião pública da sociedade do estado de Minas Gerais". Destacam que não é tarefa fácil delimitar o efeito e o tempo que se

levará para as mudanças institucionais impactarem as atitudes e os comportamentos do público. Além de nem sempre ocorrer um efeito direto sobre a vida das pessoas. Os autores compreendem que a imagem pública de instituições políticas ainda é uma dimensão pouco estudada na ciência política brasileira. Mas é esse tipo de estudo que permite análises mais detalhadas sobre os fenômenos definidores da legitimidade dessas instituições.

Primeiramente analisam o grau de interesse, informação e avaliação do mineiro em relação a ALMG. Também mostram a heterogeneidade quanto a informação e o impacto dessa sobre a avaliação da instituição. Para tanto utilizam dados nos anos de 1993, 1995, 2001, 2003 e 2006, representativos da população adulta do Estado de Minas Gerais.

Essa heterogeneidade identificada pelos autores é o grande motivador da pesquisa aqui apresentada, onde se busca o impacto também heterogêneo das estratégias de comunicação e eventos legislativos da instituição sobre públicos específicos, que estão mais expostos às ações da instituição.

Nesse sentido, já existem estudos com o público dos participantes do evento da ALMG denominado Parlamento Jovem[2]. E o presente estudo para avaliar o impacto de eventos institucionais, mais especificamente os Seminários Legislativos, realizados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre os participantes da sociedade civil organizada.

Nesse estudo Fuks e Fialho estavam focados, sobretudo, nas estratégias de comunicação da ALMG, já que "enquanto os eventos legislativos, restritos a um público específico da sociedade, orientam-se por uma visão de mudança de longo prazo na cultura política, somente as estratégias de comunicação são capazes de gerar, no curto prazo, mudanças na opinião pública.". (FUKS & FIALHO, 2009).

Assim, mostram que durante a década de 90, a Assembleia de Minas constrói um avançado sistema de comunicação, com vários canais de produção e veiculação de

[2] Evento promovido pela Escola do Legislativo da ALMG, em parceria com o curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica, o Parlamento Jovem é destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte. Para análises de seu impacto ver: FUKS & CASALECCHI, 2011; QUARESMA, 2013.

informação para o público externo. Mas destacaremos esse processo mais adiante quando focarmos no amplo processo de inovação institucional pelo qual passou a Casa.

Já em relação aos resultados encontrados observam que no período analisado (1993, 2003 e 2006) um número nunca inferior a 64% dos mineiros confiava pouco ou não confiava na ALMG. Já em relação a avaliação da ALMG verifica-se uma tendência de queda da avaliação positiva da instituição por parte dos entrevistados no tempo, com uma queda maior no ano de 2001, o qual cogitam ser devido ao escândalo dos mega-salários.

Outra interessante constatação dos autores diz respeito:

> [Ao] efeito de "contaminação" [que] indica que parcela substantiva da população mineira não estabelece uma clara diferenciação entre objetos políticos de natureza distinta. Se as esferas estadual e federal da atividade legislativa aparecem como indissociáveis, podemos supor que o mesmo padrão de percepção associe os agentes políticos e a instituição a que pertencem. Portanto, além da contaminação "vertical", que se dá entre instituições políticas de diferentes níveis, há também a contaminação intra-institucional. Nesse sentido, a imagem que os cidadãos têm dos deputados e do corpo técnico da ALMG deve influenciar a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. (Idem).

Entre as principais conclusões desse artigo está a não constatação de uma excepcionalidade da imagem pública do legislativo de Minas frente a outras instituições políticas brasileiras, principalmente no que se refere à confiança e avaliação. Constatam que a evolução temporal da imagem da ALMG não indica alterações expressivas, exceto no ano de 2001 provavelmente em função do escândalo dos mega-salários. Por ouro lado, evidenciam "certos indícios de que as mudanças que ocorreram na ALMG e as estratégias que a própria instituição usou para melhorar a sua imagem provocaram algum efeito sobre **segmentos** da opinião pública mineira." (FUKS & FIALHO, 2009; grifo meu).

Outro texto a acrescentar o estudo sobre a imagem da ALMG denomina-se "Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002)". Novamente com foco no ambiente informacional e sua importância para compreender as atitudes dos mineiros com a ALMG.

Fuks (2010b) verifica que durante a maior parte do período analisado o padrão dominante de cobertura (pelo jornal EM) não foi o desinteresse ou o ataque constante à

ALMG. Mas também não se deu destaque ou se retratou a ALMG de forma positiva. Sendo então uma cobertura moderada, amena e equilibrada. Concluindo "que tanto os efeitos da mudança institucional sobre a cobertura política do EM como os efeitos, na opinião pública, das matérias sobre a ALMG publicadas no jornal foram, praticamente, nulos." (FUKS, 2010b).

A tese do autor é de que o equilíbrio na cobertura do jornal, "promove, de forma não intencional, um estado de inércia na opinião pública" (Idem). Tendo como efeito um reforço da visão comum do legislativo mineiro, que acompanha a mesma visão do público em relação às outras instituições políticas brasileiras - a de uma imagem negativa.

Posteriormente o autor busca observar as diferenças do padrão de cobertura em diferentes legislaturas (11ª, 12ª e 14ª), caracterizadas por eventos marcantes distintos e por serem períodos anteriores, durante e depois das inovações institucionais da ALMG, respectivamente. Nessa análise das diferentes legislaturas mostra-se que o jornal não ignorou as transformações passadas pela ALMG, essas inovações quando surgem geram notícia e aumentam o enquadramento positivo em relação a ALMG, porém não se pode afirmar que houve mudança efetiva da cultura política do jornal em relação a instituição. O padrão de cobertura não é linear, o destaque das matérias oscila e a imagem apresentada varia de positiva a negativa em diversos períodos.

Já no que importa mais ao presente estudo, o impacto da cobertura sobre a opinião pública parece ser considerável, mas na permanência das atitudes tradicionais dos mineiros. "Reforçou o efeito da "contaminação", o qual impede que a sociedade mineira reconheça a singularidade de cada um dos objetos da política, nesse caso, a ALMG". (FUKS, 2010b).

Também são considerados na análise os fatores externos a cobertura, como o impacto diferenciado por públicos distintos. Sendo que a maioria desinteressada por política tem um padrão de consumir notícias (quando o faz) que se destacam (primeiras páginas), somente ocupadas por eventos esporádicos como o escândalo dos mega-salários. Portanto, o autor compreende que o efeito da cobertura neutra do principal jornal de Minas foi a sua não recepção por parte do grande público.

Seriam então os públicos mais sofisticados, que são alcançados pela rede informacional da ALMG, que no curto prazo, poderiam formar uma nova imagem da ALMG. Nesse sentido são apresentados dados (especialmente de 2003) corroborando que aqueles que possuem mais informação da ALMG apresentam o dobro de chance de avaliarem positivamente a instituição comparados aos que dizem não ter nenhuma informação. (Idem).

O autor pontua ao final algumas considerações relevantes para análise da imagem institucional da ALMG. Entende que o que explica as atitudes em relação a ALMG está na interação da cobertura do jornal com uma cultura política prévia (de desconfiança nas instituições políticas) e com públicos diversos (mais e menos informados). Também acrescenta que os efeitos de eventos negativos são muito devastadores a imagem, enquanto eventos positivos, quando tornados públicos, apresentam efeitos bem limitados. Há de se considerar também a ação dos políticos "regida pela lógica de outras arenas e interesses que não a da instituição legislativa", que acarreta numa imagem da ALMG menos favorável. (FUKS, 2010b).

2.6 Processo de inovação institucional

Nessa parte da análise, busca-se analisar as mudanças institucionais da Assembleia de Minas, processo no qual se encontra a criação do evento Seminário Legislativo, importante para o presente estudo, e identificam-se mudanças relevantes que colocaram a ALMG como instituição de referência nacional e que justificam pensar em melhores atitudes (confiança, avaliação e imagem) por parte do público que esteve exposto aos novos canais de participação.

Primeiramente, temos na constituição brasileira de 1988 - com a criação de maiores mecanismos institucionalizados de participação - uma importante referência para os processos de inovação passados pela ALMG. A própria constituição mineira de 1989 incorporou mecanismos de maior participação, como as audiências públicas e as iniciativas de leis populares.

Outro importante fator, são as evidências de uma crise de legitimidade da ALMG no início da década de 1980, como a renovação parlamentar de quase 70% nas eleições de 1986. Dessa forma, um grupo de atores no interior da Casa se mobilizava para um projeto de mudança institucional. "A idéia central era de que a estratégia para

melhorar a credibilidade da ALMG passava pela necessidade de abertura da Casa à sociedade mineira" (ORNELAS, 2012).

> Segundo Fleury (2008), a empresa "Vox Populi" foi contratada pela direção da Assembléia, no início da década de 90, para realizar essa pesquisa sobre a imagem do Poder Legislativo. Os resultados obtidos mostraram principalmente que população desconhecia o que acontecia dentro da ALMG, associada à falta de informação. Isso contribuía para que houvesse uma avaliação negativa da imagem dos deputados e nutria um certo "desprezo" de parte da população por eles, que extrapola para a instituição. (Idem).

Assim, nos anos 90, a ALMG passou por um processo de inovação institucional, que inclui a profissionalização do quadro técnico, a modernização de sua estrutura com vistas a tornar a instituição mais permeável à presença e participação da sociedade civil mineira em suas atividades e novas estratégias de comunicação. Dentro desse projeto de inovação foram criados diversos eventos institucionais para uma interlocução maior com a sociedade: os Ciclos de Debates, as Audiências Públicas Regionais, os Seminários Legislativos e os Fóruns Técnicos. A ALMG criou a primeira Escola do Legislativo do país, oferecendo formação e qualificação profissional para o seu corpo técnico. Desenvolveu uma série de atividades pedagógicas para fomentar a educação para a cidadania. Sendo que de acordo com Fuks (2010a) "a separação entre corpo técnico e política é, certamente, um dos marcos desse processo". A Casa também passou por um processo de informatização, disponibilizando atos legislativos de várias espécies no site da Assembleia. Cabe destacar que a soma dessas inovações foi responsável por colocar a ALMG na vanguarda dos legislativos estaduais do país.

Outra importante criação foi o Departamento de Comunicação Social da ALMG, com objetivo de melhorar ações na área de comunicação para promover uma imagem mais positiva da instituição. Assim no decorrer da década de 1990 foi montado um avançado sistema de comunicação, com vários meios de produção e veiculação de informação para seu público externo. Por exemplo, a inauguração em 1995 do primeiro canal legislativo da América Latina; a contratação, em 2002, de duas agências de publicidade, visando dinamizar a comunicação com a sociedade; sendo pioneira no primeiro programa de televisão, primeira revista, primeiro sistema de informações *on-line*, primeira *homepage* e primeira TV legislativa. Cabendo destacar ainda o programa "Assembleia Informa", um noticiário institucional exibido de 2ª a 6ª feira nas emissoras comerciais de Minas Gerais com duração de dois minutos, no período de 1991 a outubro de 2001. E contratação de matérias pagas intituladas "Acontece na Assembleia" no

jornal de maior circulação do estado. (FUKS, 2010a). Uma questão logo é suscitada quando se pensa em todo esse investimento e processo: Há uma imagem positiva da ALMG perante seu público? Ela se diferencia entre aqueles com maior proximidade e contato com a Casa?

Como pontua Fuks, mesmo que pensemos na existência de uma lógica dual na ALMG, com o comportamento dos deputados não se distinguindo dos demais legislativos do país e, ao mesmo tempo, uma instituição que vem investindo pesado no desenvolvimento institucional e na interlocução com o público. Esperaríamos uma imagem mais positiva daqueles com maior contato com a ALMG, pelo menos, com relação à instituição e seu corpo técnico. Dessa forma, os eventos criados no processo de inovação institucional constituem uma oportunidade ímpar para a ação e contato com a ALMG. Por isso veremos se existe uma excepcionalidade do público desses eventos no relativo à imagem da instituição.

2.7 Seminários Legislativos

Os Seminários Legislativos, que já ocorrem desde 1991, sofreram ao longo dos anos mudanças no seu formato e regras de funcionamento. Catherine Ornelas em sua dissertação (2012) mostra bem esse processo de inovações e aperfeiçoamento, que melhorou de fato o formato do evento.

Dentre as principais mudanças cabe destacar: a permissão para que representantes de entidades apoiadoras do evento e especialistas indicados por essas elaborassem documentos propositivos relativos aos subtemas na etapa preparatória do evento; a criação de comissão para acompanhamento das ações legislativas provenientes das propostas aprovadas nos seminários; inovações relacionadas ao universo de participantes, com a ALMG encaminhando formulários informativos sobre os temas e subtemas a serem tratados com fins a uma participação mais efetiva das instituições; esforços em redefinir melhor as regras que definem o universo dos participantes (apesar de não haver critérios de representatividade); e em 1998 a extensão das atividades ao interior do estado. (ORNELAS, 2012).

Pensando na análise proposta neste estudo, o cadastro final do grupo que participou dos seminários foi feito a partir da relação dos participantes dos eventos legislativos realizados durante os anos de 1999 a 2002. Nesse período ocorreram cinco Seminários Legislativos: “Desemprego e direito ao trabalho”; “Construindo a política

de educação em Minas”; “Dez anos do estatuto da criança e do adolescente”; “Voluntariado”; e o “Águas de Minas II”.

Ornelas mostra que as principais modificações do evento ocorreram até o ano de 1998, assim nossos participantes tiveram contato basicamente com o mesmo formato regimental do evento. Dessa forma, é possível mostrar na Tabela 1 a estrutura dos Seminários Legislativos congruente ao período que participaram:

Tabela 1 – Etapas e formato dos Seminários Legislativos

Etapas	Participantes	Atividades
I - Proposição do evento	Cabe à mesa da Assembléia a iniciativa do evento, mas ela na maioria das vezes está aderindo ao requerimento de um ou mais deputados pela realização do Seminário Legislativo.	Aprovação ou não da proposta e encaminhamento aos órgãos técnicos da ALMG responsáveis pelo planejamento e realização do evento (GPI e GRP).
II - Etapa preparatória	Gerência de Projetos Institucionais (GPI) / Gerência de Relações Públicas (GRP) Entidades apoiadoras / GPI / GRP / Gerência de Consultoria Temática (GCT)	Convite às entidades relacionadas ao tema para apoiar o evento; realização da primeira reunião preparatória. Realização de reuniões preparatórias para identificação do potencial universo de participantes; indicação de temas, subtemas e respectivos conferencistas; constituição das comissões técnicas interinstitucionais; aprovação do regulamento do evento; indicação da comissão de representação provisória.
III – Reuniões das Comissões Técnicas Interinstitucionais (CTIs)	Especialistas indicados pelas entidades para compor as CTIs (a ALMG, através da GPI e da GCT, oferece apoio técnico especializado para subsidiar as discussões)	Elaboração das propostas iniciais relativas ao subtema afeto a cada CTI para encaminhamento aos grupos de trabalho dos encontros regionais e da etapa final.
IV – Encontros Regionais (interiorização)	Especialistas e autoridades Entidades da sociedade do interior do Estado Entidades da sociedade do interior do Estado	Apresentação de palestras relativas ao tema e subtemas do evento Discussão, nos grupos de trabalho, das propostas elaboradas pelas CTIs, com possibilidade de sugestão de alterações ou de apresentação de novas propostas Eleição dos delegados regionais que terão direito a voz e voto na plenária final do evento, em Belo Horizonte
V – Reuniões Plenárias Parciais – etapa final	Especialistas e autoridades Universo dos participantes (entidades e cidadãos) inscritos para a etapa final	Apresentação de palestras relativas ao tema e subtemas do evento Encaminhamento / formulação de questões para debate com os palestrantes

VI – Reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) – etapa final	Participantes inscritos na modalidade institucional, indicados pelas respectivas entidades e de modalidade individual, desde que tenham expressado o interesse na participação de algum grupo no ato da inscrição[3]	Exame, discussão, alteração, acréscimo e votação das propostas apresentadas pelas CTIs e pelos participantes dos encontros regionais. A aprovação das propostas se dá por maioria simples dos votantes (delegados indicados pelas entidades). Os acréscimos e alterações apresentados às propostas constarão do relatório do GT se obtiverem 25% dos votos. Consolidação das propostas aprovadas em uma minuta de documento final, que é encaminhada à Plenária Final.
VII – Plenária Final	Universo dos participantes do evento (somente os delegados eleitos nos encontros regionais e os inscritos na modalidade institucional têm direito a voz e voto; os cidadãos inscritos na modalidade individual só podem participar desta etapa como observadores)	Debate, apresentação de emendas e aprovação do documento final. A aprovação é feita por maioria simples dos votantes. Os destaques também são votados e aprovados por maioria simples. Novas propostas podem ser apresentadas, desde que sejam subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes presentes. Eleição da Comissão de Representação (CR) do seminário legislativo
VIII – Encaminhamento das propostas do seminário legislativo	Comissão permanente da ALMG que detém a competência para apreciar o tema tratado no seminário	Assume a autoria das proposições afetas ao processo legislativo e dá-lhes a adequada tramitação
	Comissão de Representação do Seminário Legislativo	Acompanha a tramitação das propostas sob a responsabilidade da ALMG e trabalha pela implementação institucional das demais propostas contidas no documento final, mas que estão afetas à atuação de outros órgãos

Fonte: Ornelas (2012), p.45.

Cabe destacar que para as análises propostas neste trabalho, além de levar em consideração a participação nos Seminários Legislativos, utilizou-se também a quantidade de eventos que o indivíduo já participou na ALMG. Essa questão é concebida como um refinamento do tratamento e elucida bem o grau de proximidade e contato com a Casa. Nesse sentido, são considerados sete tipos de eventos que se poderia ter participado: seminários legislativos, audiências públicas, fóruns técnicos, ciclo de debates, audiências públicas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), trabalho das comissões e conferências estaduais.

Outra observação relevante do presente estudo e que será importante para nossas análises diz respeito à relação entre o interesse pela Assembleia de Minas e a participação em seminários e quantidade de eventos frequentados. Aparentemente verifica-se uma relação de dupla causalidade entre o interesse e a participação, portanto, buscou-se lidar com a questão através de interações entre o interesse e o tratamento e

[3] A participação individual é aquela de pessoas que não se vinculam a alguma instituição ou entidade.

interações entre o interesse e a frequência a eventos, ao invés de utilizar equações estruturais.

3) Metodologia

O referencial teórico analisado mostra que o atual contexto é marcado pela existência de uma cultura política da desconfiança, sobretudo, nas instituições políticas e ainda que essa desconfiança pode ser prejudicial, especialmente no contexto das novas democracias. Muitos estudos ressaltam o caráter duradouro da cultura política e, portanto, a tendência à inércia cultural, ou seja, a cultura nem sempre acompanha as mudanças institucionais. De fato, os estudos sobre a população mineira e a imagem da ALMG não revelaram grande ruptura da população como um todo à imagem tradicional das instituições políticas. Por outro lado, nesse trabalho acreditamos que a participação na ALMG pode romper essa inércia, pois envolve um processo de aproximação e conhecimento da Casa Legislativa e esse contato com a ALMG traz mudanças positivas, pois, de fato, a casa é modernizada e tida como modelo em âmbito nacional.

3.1 Desenho da pesquisa

O delineamento da pesquisa sobre lideranças da sociedade civil participantes e não-participantes do evento Seminários Legislativos é caracterizado por um desenho não-experimental, no qual não há informação antes do tratamento, mas há grupo de tratamento e controle, sem aleatoriedade na implementação da política pública. Apesar da não aplicação do emparelhamento, os dois grupos são muito semelhantes em diversas características, como será mostrado adiante. Foi realizada estratificação para os grupos serem proporcionais quanto à natureza das entidades que participaram dos seminários[4]. A aleatoriedade não pode ser feita, em função da natureza do estudo, já que a escolha dos indivíduos que participaram dos Seminários Legislativos está fora do controle dos pesquisadores e não segue critérios aleatórios. As entidades apoiadoras são convidadas pelos técnicos da ALMG, envolvidos na organização do evento[5].

[4] Depois de adotar um modelo de classificação internacional de associações do terceiro setor, utilizado pela Organização das Nações Unidas – ONU buscou-se satisfazer critérios de pertinência e representatividade das entidades participantes dos Seminários Legislativos. Por exemplo, se no Cadastro de participantes da ALMG havia 30% de entidades sindicais, a amostra também deveria ter 30% de entidades dessa natureza.

[5] Segundo Ornellas, as entidades são convidadas "a partir de um banco de dados existente na ALMG que contém informações sobre a atuação e o interesse dessas entidades na área temática do Seminário Legislativo". "Segundo Vidal (2007), esse banco de dados começou a ser construído no final da década de 1980, de maneira prosaica. Porém, diante da crescente necessidade de identificar essas entidades,

Uma amostragem aleatória estratificada foi adotada em dois grupos (Cadastro de participantes do evento e Cadastro de diversos órgãos públicos) por diferentes naturezas da sociedade civil consideradas como fatores de estratificação. Um total de 360 organizações foi enumerado com sucesso (180 cada grupo).

Tabela 2 – Composição dos grupos de tratamento e controle

Grupo1 (tratamento/participou de Seminários Legislativos)	Grupo2 (controle/não-participou de Seminários Legislativos)	Total
Obtido conforme cadastro da ALMG dos participantes do evento	Obtido conforme cadastro de diversos órgãos públicos das organizações da sociedade civil de região metropolitana de BH	Cadastro ALMG + Cadastro das organizações da sociedade civil
732	1.630	2.362
Amostra grupo tratamento	Amostra grupo controle	Total
180	180	360

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

Porém, quando se aplicou os questionários ocorreu um problema de alocação imperfeita (*imperfect compliance*)[6] mostrado na Tabela 3.

Tabela3. Participantes e não-participantes de Seminários segundo Cadastro da ALMG por resposta autodeclarada no questionário referente a pergunta se participou do evento.

		Questionário*		
Cadastro	Grupos	Não participou	Sim participou	Total
	Controle	154	26	180
	Tratamento	73	107	180
	Total	227	133	360

Fonte: Elaboração própria.
* "Participou de Seminários Legislativos?".

cada vez mais numerosas, o banco de dados foi aperfeiçoado e já conta com mais de 27 mil registros de instituições engajadas nas mais diversas áreas de políticas públicas.". (ORNELLAS, 2012).

[6] Pode haver unidades de observação que não receberam a política dentro do grupo de tratamento ou pode haver unidades que receberam a política no grupo de controle. (Imbens e Angrist, 1994 e SILVA, 2003). Isso exigiria um tamanho da amostra maior, já que a exclusão das unidades mal identificadas pode diminuir a significância estatística dos resultados obtidos. Porém, se não for possível aumentar a amostra, pode-se estimar a estimativa da intenção do tratamento (ITT): diferença entre grupo de tratamento e controle, segundo informações do questionário e não da moldura da amostragem (lista de unidades da qual a amostra é selecionada). (Notas de aula Prof. Ernesto Amaral, 2013).

Para contornar o problema, foi feito um novo contato por telefone com aqueles que afirmavam não ter participado do evento no questionário e que segundo o cadastro da ALMG tinham participado (73 casos). Sendo que em 2 casos o contato não foi possível; 62 confirmaram a participação por telefone; e 9 não confirmaram. Portanto, após o contato por telefone a distribuição dos grupos ficou da forma apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Composição dos grupos após contato telefônico

Grupos	
Controle	165
Tratamento	195
Total	360

Fonte: Elaboração própria.

1) Número total de organizações amostradas 1630 mais 732 (compondo o universo do controle e do tratamento, respectivamente)

2) Número de organizações com *imperfect compliance* 99 (73 falso-tratamento e 26 falso-controle)

3) Contato telefônico para confirmação (com os 73 falso-tratamento)

4) Número de organizações elegíveis para o grupo tratamento 195

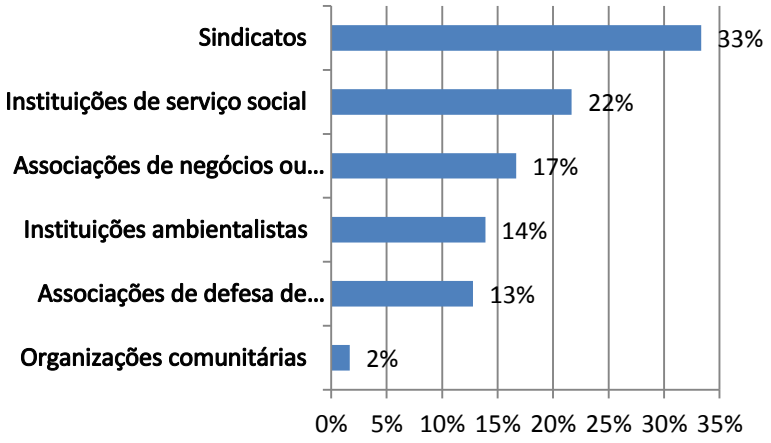
5) Número de organizações elegíveis para o grupo controle 165

6) Número de organizações entrevistadas com êxito 360

7) Ainda teve-se o cuidado de replicar todas as análises para todos os tipos de combinações (considerando-se as informações do Cadastro da ALMG: 180/180; e somente os casos em que o Cadastro e o autodeclarado correspondiam: 107/154).

Os seguintes dados coletados foram ponderados (estratificados) e analisados por organizações da sociedade civil de diferentes naturezas. Cerca de 33% dos inquiridos eram de sindicatos, 22% eram de instituições de serviço social, 17% eram de associações de negócios ou empresariais, 14% eram de instituições ambientalistas, 13% de associações de defesa de direitos e 2% de organizações comunitárias. A distribuição ponderada pode ser vista no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das organizações amostradas por sua natureza



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.
*Essa distribuição por natureza é a mesma nos grupos tratamento e controle.

Serão utilizados neste trabalho dois bancos de dados. O primeiro com dados das lideranças da sociedade civil organizada de Belo Horizonte com tratamento e controle. O segundo banco é o da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), o qual será utilizado somente para delimitar melhor o perfil do grupo aqui estudado, as lideranças.

O banco dos diretores das ONGs é resultado da pesquisa de campo realizada com os representantes de entidades do terceiro setor, sediadas na região metropolitana de Belo Horizonte, e coordenada pelo Professor Doutor em Ciência Política Mario Fuks do Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que consistiu na aplicação de 360 questionários no período de setembro de 2009 a março de 2010. Deste total, 180 entrevistas foram realizadas com participantes dos seminários legislativos (eventos promovidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais). As outras 180 entrevistas foram realizadas com presidentes, diretores (ou pessoas com alta representatividade, desde que indicadas por seus respectivos diretores) de instituições da sociedade civil que não constavam nas listas de participantes presentes em tais eventos, correspondendo, respectivamente, ao grupo experimental (tratamento) e ao grupo controle.

O banco da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH de 2008), foi realizado pelo Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais

(CEPEQCS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O banco é composto por amostra aleatória e representativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o qual conta com 742 entrevistas para o nosso propósito.

3.2 Estratégias de pesquisa

Como já ressaltado na seção sobre os seminários legislativos a estratégia deste trabalho para lidar com a provável relação de dupla causalidade entre o interesse pela ALMG e a participação em eventos foi a utilização de interações, ao invés de equações estruturais. Foram realizadas interações entre o interesse e o tratamento e interações entre o interesse e a frequência a eventos.

Para testar as hipóteses deste estudo, foram utilizadas análises de regressão, que buscam captar o efeito da participação nos Seminários Legislativos sobre as variáveis dependentes controlando por demais fatores. Dessa forma, para explicação das variáveis dependentes "avaliação da ALMG", "avaliação dos deputados", "avaliação dos técnicos" e "Imagem da ALMG" – variáveis contínuas e com distribuição normal – foram estimados modelos de regressão de mínimos quadrados ordinários. Para a variável "confiança na ALMG" – variável categórica, transformada em binária (0 para não confia e 1 para confia) – foi utilizada regressão logística binária.

Variáveis Dependentes

A variável "Confiança na ALMG" foi determinada com base na pergunta: "Em relação à Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?". A partir daí uma variável binária foi criada sendo que nunca confia e confia às vezes = 0 e confia na maior parte do tempo e confia sempre = 1. Essa variável se insere no contexto já apresentado pela literatura de verificação da confiança nas instituições políticas (por exemplo, KLINGEMANN, 1999; NORRIS, 1999; E MOISÉS, 2005) e que para o Brasil é sempre destacada como baixa. Com base nessa literatura a expectativa é que a confiança na ALMG também seja baixa, como argumentava Fuks (2010a) ao falar da contaminação, quando se vincula a avaliação do Legislativo estadual à imagem vaga que se tem dos políticos e instituições políticas em geral, porém acreditamos que para o público que participou de eventos na Casa a confiança seja um pouco maior.

As variáveis “Avaliação dos Deputados”, “Avaliação dos Técnicos” e “Avaliação da ALMG” (Cada uma variando de 0 a 10) foram construídas respectivamente com base nas perguntas: 1) “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 quer dizer muito insatisfeito e 10 quer dizer muito satisfeito, em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito com o trabalho que os deputados vêm fazendo”; 2) “E em relação aos funcionários da área técnica da Assembléia Legislativa de Minas Gerais como o(a) Sr(a) avalia o trabalho que eles vêm fazendo”; 3) “E em relação a própria Assembléia Legislativa de Minas Gerais como o(a) Sr(a) se sente, nesta escala”.

Essas variáveis de avaliação buscam captar a dimensão de desempenho prático da instituição, do seu corpo técnico e deputados. Segundo Norris (1999), é recomendável que se separe às avaliações dos diferentes objetos políticos, inclusive dos atores políticos e da instituição. Dessa forma, espera-se que a avaliação dos técnicos, tidos como corpo burocrático, regido pela meritocracia, capacitados e menos envolvidos por escândalos e mídia – tenham a avaliação mais alta, principalmente daqueles que participaram do evento, já que teriam mais contato com esses. Em seguida, a avaliação da ALMG seria a mais positiva, tomada como instituição de referência nacional e que abriu canais efetivos de participação, novamente esperando-se um efeito maior entre os participantes. Por fim, espera-se que a avaliação dos deputados seja mais positiva entre os que participaram do evento, mas com efeito menor que as demais avaliações, já que a imagem socialmente construída de políticos é muito negativa.

A última variável dependente a ser analisada é a “Imagem da ALMG” construída pelo somatório de quatro questões com alternativas idênticas: 0 concorda totalmente, 1 concorda em parte, 2 discorda em parte, 3 discorda totalmente. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais: (1) “é espaço aberto ao diálogo e à participação da sociedade mineira”; (2) “é uma instituição que busca transparência fazendo uma ampla divulgação do seu trabalho”; (3) “é uma instituição dinâmica, indo muito além das tarefas rotineiras”; (4) “sempre cede à vontade do governador”. Sendo as alternativas dessa última questão invertidas para que todas as questões fiquem no mesmo sentido. O somatório originou uma variável de 0 a 12 com distribuição normal.

Diferentemente da avaliação prática, relacionada ao desempenho, a imagem estaria associada a uma visão mais normativa da ALMG, se essa seria uma instituição aberta ao dialogo, dinâmica, transparente e independente (o ideal normativo que

permeia a instituição). Da mesma forma que alguns autores (EASTON, 1965) separavam o apoio restrito (desempenho) do difuso (normativo). Com base na literatura a expectativa é que mesmo se o desempenho da instituição seja tomado como baixo, a imagem que também está associada a elementos normativos do papel da instituição, seja menos impactada negativamente e, portanto, seria mais bem avaliada.

Variáveis Independentes

A variável "Participou de Seminários Legislativos" busca captar umas das principais questões deste trabalho, se de fato aqueles que participaram do evento teriam uma imagem, avaliação e confiança mais positiva da ALMG. Alguns autores têm apontado que uma maior participação dos cidadãos e suas consequentes reduções dos sigilos governamentais, aumento da compreensão do funcionamento das organizações públicas e maiores informações sobre os papeis exigidos dos atores e instituições – levariam a uma maior confiança institucional (WANG & WAN WART, 2007). Em outro sentido, Fuks & Casalecchi (2011), ao analisar o aumento de confiança na ALMG entre os participantes do Parlamento Jovem, observam que essa poderia decorrer do vínculo estabelecido pelo convívio com a instituição, deputados e funcionários, num sentido meramente afetivo. Portanto, a esperança é que aqueles que participaram do evento tenham maiores níveis nas variáveis dependentes.

A variável "Educação" conforme a literatura possui diferentes interpretações. Entendendo o "cidadão crítico" de Norris (1999) como um indivíduo com certo grau de sofisticação política e que desconfia das instituições políticas, a educação teria um impacto negativo nas variáveis dependentes. Mas com base no trabalho de Chong, McClosky e Zaller (1985), Célia Colen destaca que indivíduos com maior educação possuem maior conhecimento sobre as regras do jogo político e das instituições. Fábio Reis e Mônica M. M. Castro, numa análise sobre o apoio ao pacto social entre os trabalhadores no Brasil, mostraram que o aumento dos níveis de sofisticação política leva ao aumento das disposições democráticas e das avaliações mais favoráveis às instituições da democracia. (REIS & CASTRO, 2001 apud COLEN, 2009).

A variável "Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais" foi construída com base em duas perguntas: (1) "Vou ler uma lista de maneiras de se informar sobre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e gostaria de saber com qual freqüência o(a) Sr(a) as faz: Assiste / ouve noticiário sobre a Assembléia na televisão ou

no rádio"; (2) "(...) com qual freqüência o(a) Sr(a) as faz: Lê sobre a Assembléia nos jornais e nas revistas informativas". Ela busca captar o efeito das informações sobre a ALMG veiculadas nas mídias (televisão, rádio, jornal e revista) no público exposto, que acompanha essas notícias.

Fuks (2010b) coloca que a cobertura do principal jornal mineiro sobre a ALMG deveria ter impacto positivo sobre o público atento, "as informações que circularam, no jornal, sobre o desenvolvimento institucional da ALMG alcançaram o público composto pelos indivíduos atentos ao que acontece no mundo da política, possivelmente favorecendo, em relação a esse grupo restrito, a formação de atitudes mais favoráveis à instituição", já que o público desinteressado estaria propício a ter a visão negativa padrão em relação à política. Newton (1999) coloca que o consumo geral de televisão apareceria, ainda que fracamente, negativamente associado a algumas dimensões do apoio político. Já Norris (1999) entende que um padrão constante de notícias negativas enfraquece o apoio específico a políticas, governos e líderes. Mas diferentemente seu estudo aponta que os mais expostos à mídia e campanhas mostram ser mais confiantes e informados sobre o governo e o sistema político.

A variável "Quantidade de eventos que participou" busca captar em que medida a frequência a um maior número de eventos da ALMG contribui para um melhor ou pior nível das variáveis dependentes. Como argumentou Fuks (2010b), "Alterações mais profundas na imagem pública da ALMG dependem de processos sociais mais complexos e duradouros, que passam por experiências reiteradas e envolvem o contato direto com a instituição". (Idem). Dessa forma, espera-se que uma maior frequência a eventos da Casa impacte positivamente às variáveis dependentes.

A variável "Interesse pela ALMG" busca compreender em que medida aqueles que se dizem mais interessados pela ALMG demonstram atitudes mais ou menos favoráveis a instituição e atores. De acordo com Christine Arnold et al (2012) indivíduos que são cognitivamente mais mobilizados estariam mais propensos a entender e consequentemente, apoiar. Essa mobilização cognitiva (*cognitive mobilization*) é costumeiramente operacionalizada pelo interesse e engajamento político (ARNOLD et al, 2012, 12), sendo que o interesse pela ALMG estaria nessa mesma dimensão do interesse político, mas no caso, em relação a uma instituição política especifica (Assembleia). Como destacou Neuman (1986), "essa é uma medida subjetiva

porque é relativa à avaliação que os indivíduos fazem do próprio interesse político e indica a predisposição que eles têm de adquirir conhecimentos sobre política". As "pessoas com maior educação formal tendem a se interessar mais por política, além de se exporem com maior probabilidade a mensagens que remetem a assuntos públicos e, dessa forma, interpretarem conteúdos de maneira mais crítica" (NEUMAN, 1986 apud COLEN, 2009). A diferença do interesse por política que cada cidadão possui, por sua vez, pode influenciar na relação que esse estabelece com o conteúdo político ao qual está exposto pela mídia. Esse tipo de cidadão, portanto, não teria a visão negativa padrão do mundo da política e estaria exposto a notícias e informações para além dos escândalos políticos, reconhecendo também as ações positivas e inovações feitas no mundo da política.

As variáveis "Identificação com PSDB" e "Identificação com PT" buscam captar em que medida a afinidade com o partido majoritário/governista e com o principal partido oposicionista na época, PSDB e PT, respectivamente, impactam nas variáveis dependentes[7]. De acordo com Christensen e Laegreid (2002) a literatura que considera o posicionamento partidário interferindo na confiança política tem apontado as seguintes evidências. Dado que a esquerda política tem uma longa tradição de apoio para o setor público e um Estado forte, também se esperaria que as pessoas mais à esquerda do espectro político confiassem no governo mais do que aquelas da direita (Lægreid, 1993 apud Christensen e Laegreid, 2002). Outros estudos já demonstraram que as preferências partidárias têm uma grande influência na avaliação de um indivíduo sobre vários aspectos do setor público (por exemplo, Miller e Listhaug, 1990). Dessa forma, a posição de uma pessoa na dimensão ideológica esquerda-direita tem-se revelado um fator consistente e importante para entender as atitudes em relação às instituições do setor público. Além disso, a tendência geral é que quem votou em partidos que venceram vão ter um nível mais elevado de apoio político e confiança do que aqueles que votaram nos perdedores (Norris, 1999). (CHRISTENSEN E LAEGREID, 2002). No Quadro 1 são apresentadas as variáveis independentes utilizadas, sua categorização e o efeito esperado.

[7] De acordo com dados da ALMG sobre os deputados da 16ª Legislatura (http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/acompanhe/eventos/balanco/16_legislatura/exposicao_fotografica_16_legislatura/docs/deputados.pdf) o PSDB na época era o partido com mais deputados (17) e o PT detinha (12); a bancada governista (da qual fazia parte o PSDB) detinha a grande maioria dos partidos e a bancada oposicionista somente quatro partidos.

Quadro 1. Identificação das variáveis independentes

Variável	Pergunta do questionário / Categorização	Hipótese
Participação em Seminários Legislativos	0 não participou e 1 participou.	Quem participa do evento tem maior nível das variáveis dependentes.
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	Soma de 2 variáveis com as mesmas opções de resposta: informação sobre a ALMG em rádio e televisão; e informação sobre a ALMG em jornais e revistas. Alternativas de resposta: nunca visita; raramente; algumas vezes por mês; algumas vezes por semana; diariamente. (Variação de 0 a 8).	Quanto maior a exposição maior o nível das variáveis dependentes.
Escolaridade	0 ensino fundamental, 1 ensino médio, 2 ensino superior, 3 pós-graduação.	Como mostrado existem argumentos para a maior escolaridade implicar em níveis maiores e menores das variáveis dependentes.
Interesse pela ALMG	"Em relação ao que acontece na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o(a) Sr(a) diria que é....". "nada interessado" e "pouco interessado" são 0 e "interessado" e "muito interessado" são 1.	Tendo interesse será maior o nível das variáveis dependentes.
Identificação com partido majoritário e governista (PSDB)	"Por favor, use esta escala de 0 a 10 onde 0 quer dizer não gosta do partido e 10 quer dizer gosta muito, para cada um dos seguintes partidos: PSDB:" (Variação 0 a 10).	Quanto maior a identificação/gosto pelo partido, maior o nível das variáveis dependentes.
Identificação com principal partido oposicionista (PT)	"Por favor, use esta escala de 0 a 10 onde 0 quer dizer não gosta do partido e 10 quer dizer gosta muito, para cada um dos seguintes partidos: PT:" (Variação 0 a 10).	Quanto maior a identificação/gosto pelo partido, menor o nível das variáveis dependentes.
Quantos eventos participou	Considerando em quantos dos sete eventos participou: seminários legislativos, audiência pública, foruns técnicos, ciclo de debates, PPAG, comissões e conferências estaduais. Categorizada da seguinte forma: 1 a 2 eventos; 2 a 3 eventos; 4 a 7 eventos.	Quanto maior a participação em eventos maior o nível das variáveis dependentes

Fonte: Elaboração própria

4) Avaliando a imagem da ALMG

4.1 Análise Descritiva

4.1.1 Perfil sociodemográfico

Como forma de caracterizar melhor as lideranças da sociedade civil organizada entrevistadas no *survey*,é apresentado o seu perfil sociodemográfico. Para tanto, se comparou as lideranças com a média da população (Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2008).

Tabela 5 - Perfil sociodemográfico comparado entre ONGs e PRMBH

Variáveis	Categorias	ONGs	PRMBH
Escolaridade	Fundamental	3,33%	50.63%
	Médio	13,89%	35,28%
	Superior	42,78%	9,49%
	Pós-Graduação	30%	4,59%
Renda Categorizada do Respondente	até 3 S.Ms	3,33%	83,83%
	de 3 S.Ms. a 7 S.Ms.	18,33%	8,76%
	de 7 S.Ms. a 15 S.Ms.	28,33%	4,58%
	de 7 S.Ms. a 15 S.Ms.	32,22%	1,75%
	mais de 30 S.Ms.	17,78%	1,08%
Média da Renda do Respondente		R$ 23.553,00	R$ 1.041,00
Idade	18 a 21 anos		8,63%
	22 a 35 anos	11,17%	33,56%
	36 a 45 anos	23,46%	20,89%
	46 a 55 anos	32,96%	16,58%
	56 a 94 anos	32,40%	20,22%
	95 anos ou mais		0,13%
Raça	Brancos	48,04%	35,92%
	Não Brancos	51,96%	64,08%

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006).". Ano 2009. Também foram utilizados dados da pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2008.

Para Dahl (1997) a característica que demarca a sociedade civil como tal, é o fato dos indivíduos possuírem sistemas de crenças políticas elaborados, sendo que essas crenças guiam as ações dos indivíduos como também influenciam nos acontecimentos políticos. Essa excepcionalidade de ativação política, de acordo com Milbrath (1965), estaria relacionada à centralidade do individuo no sistema político, a ideia de indivíduo central refere-se a apresentação de elevados índices nos elementos da dimensão objetiva (posição socioeconômica) e subjetiva (aspectos culturais de engajamento).

Pode-se perceber que as lideranças da sociedade civil apresentam elevado nível de educação com 72,78% possuindo nível superior ou pós-graduação e baixo percentual de ensino fundamental com apenas 3,33%. Ao analisar os indivíduos da amostra da PRMBH, pode-se inferir o inverso da amostra das lideranças, ou seja, elevado índice de observações concentradas na categoria de ensino fundamental e apenas 14,08% das observações pertencentes às categorias de curso superior ou pós-graduação. Esse ponto é de grande significância estando de acordo com as colocações de Milbrath da dimensão subjetiva dos indivíduos em relação ao ativismo político. Ao analisar a renda, percebe-se sem dificuldade a distinção entre as observações das duas amostras. A média das lideranças corresponde a mais de vinte três mil reais, enquanto à média da amostra da região metropolitana de Belo Horizonte corresponde a um valor pouco maior que mil reais. Separando a renda por categorias essa desigualdade fica ainda mais evidente com 83,83% das observações da RMBH tendo renda de até três salários mínimos em contraste com as lideranças que são 3,33% dessa categoria. Pode-se perceber também um percentual maior de indivíduos brancos e com idade mais avançada, mais de 66% entre 46 e 94 anos, nas lideranças da sociedade civil em relação à média da RMBH.

4.1.2 Média das variáveis de interesse por tratamento e controle

Antes de iniciar análises mais complexas, vale a pena verificar as diferenças de confiança nas instituições pelos grupos de tratamento e controle, a distribuição percentual pelas variáveis de interesse e a média das variáveis de interesse pelos grupos. Pela Tabela 6, observamos que mesmo entre o subgrupo das lideranças da sociedade civil a confiança nas principais instituições políticas é baixa, constatação alinhada com a literatura que há tempo vem constatando essa desconfiança latente. Sendo a confiança nos partidos, Congresso e Câmara dos vereadores as mais baixas. Verificam-se diferenças de confiança entre aqueles que participaram dos Seminários Legislativos (tratamento) e os que não participaram, principalmente na ALMG, partidos políticos e Congresso Nacional. Mas as variações mais expressivas ocorrem na comparação daqueles que participaram de mais de 5 eventos na Assembleia e os que não participaram de nenhum, esse grupo chega a confiar 29,2% na ALMG contra 13,8% dos que não participaram de nenhum evento. Nos partidos e Congresso a variação também é muito expressiva, 19% contra 8,3% e 25,3% a 15,2%, respectivamente. Portanto, ao mesmo tempo em que autores como FUKS (2010b) observavam uma “contaminação”, que impede que a sociedade mineira reconheça a singularidade de cada um dos objetos

da política, nesse caso, a ALMG em relação aos outros. A participação em eventos acarreta numa "contaminação" positiva de maior confiança para outros objetos políticos para além da ALMG, como partidos, Câmara Municipal e Congresso Nacional.

Tabela 6 – Confiança nas instituições por grupos de tratamento e controle e grau de participação em eventos da ALMG.

	ALMG	Partidos	Câmara	Congresso	Polícia	Justiça	Meios de Com. Comerciais	Meios de Com. da ALMG
Tratamento	25,3	12,4	16,4	17,0	34,6	40,8	42,8	48,4
Controle	18,4	8,7	20,0	13,4	42,3	46,3	39,5	46,1
0 eventos	13,8	6,8	16,7	5,1	47,5	51,7	50,8	37,0
1 a 2 eventos	23,5	8,3	16,2	15,2	34,0	38,1	39,2	41,1
3 a 4 eventos	19,1	7,7	16,7	12,4	36,2	49,5	40,4	42,6
5 a 7 eventos	29,2	19,0	22,6	25,3	38,7	36,6	38,5	64,6

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006).". Ano 2009.

Uma recomendação da literatura é que sempre se contraste medidas de confiança nas instituições políticas com outras instituições para verificar se o fenômeno da desconfiança política não se trata de uma desconfiança generalizada. Nesse sentido, observa-se que a confiança na polícia, justiça e nos meios de comunicação é muito superior a das instituições políticas. O mesmo se verifica para confiança na igreja, 43,5% para o tratamento e 49% para o controle, no exército 53% e 64% e empresas 34% e 45%, respectivamente (Tabela no ANEXO A). Sendo que a maior frequência de participação em eventos melhora expressivamente a confiança nas instituições políticas, mas tende a piorar a confiança na polícia, na justiça, nos meios comerciais de comunicação, no exército, nas empresas e ligeiramente na igreja. A princípio não se trata de uma desconfiança generalizada.

Antes de começar a analisar a distribuição percentual das variáveis, cabe destacar que a amostra final, que foi utilizada para a análise, desconsiderando as respostas ausentes das variáveis independentes utilizadas (não respondeu e não se aplica) é constituída de 347 observações, mas que variam de acordo com as respostas ausentes nas variáveis dependentes. Cabe destacar que os percentuais das principais variáveis sociodemográficas (sexo, raça e renda) já foram apresentados na Tabela 5 (e também se encontram mais detalhados no Anexo B) e como não serão utilizadas nos modelos de análise propostos, não serão contempladas nesta sessão.

A distribuição percentual dos indivíduos por categorias de cada variável utilizada neste estudo é mostrada na primeira metade da Tabela 7, nas outras colunas são mostrados os mesmos percentuais relativos aos pertencentes do grupo tratamento e controle. No que se refere à escolaridade, a amostra é composta majoritariamente por indivíduos de nível superior 39,77% e pós-graduados 36,89% com diferenças não muito expressivas entre os grupos. Verifica-se que os que possuem identificação com o PSDB (acima de seis em uma escala de 0 a 10) representam 21,91%, sendo proporcionalmente menores no grupo tratamento. Em relação ao PT, a identificação é maior 41,2% e quase não existe diferença entre os grupos.

Tabela 7 - Distribuição Percentual por variáveis independentes

	Categorias	**Geral**	**Não-participantes**	**Participantes**
Escolaridade	Ensino Fundamental	4,32	4,49	4,19
	Ensino Médio	19,02	24,36	14,66
	Ensino Superior	39,77	39,1	40,31
	Pós-graduação	36,89	32,05	40,84
Identificação com o PSDB	0 a 5	78,1	75,64	80,1
	6 a 10	21,91	24,35	19,89
Identificação com o PT	0 a 5	58,79	58,33	59,15
	6 a 10	41,2	41,58	40,84
Somatório de exposição a informação sobre a ALMG	0	1,44	1,28	1,57
	1	2,88	3,21	2,62
	2	13,54	15,38	12,04
	3	7,49	7,05	7,85
	4	18,16	21,15	15,71
	5	12,97	16,03	10,47
	6	20,17	18,59	21,47
	7	12,97	9,62	15,71
	8	10,37	7,69	12,57
Interesse pela ALMG	Não	36,02	44,87	28,8
	Sim	63,98	55,13	71,2
Seminário Legi.	Não	44,96	1	0
	Sim	55,04	0	1
Quantidade de participação em eventos da ALMG	0 eventos	15,56	24,77	0
	1 a 2 eventos	27,67	37,18	19,9
	3 a 4 eventos	29,39	23,08	34,55
	5 a 7 eventos	27,38	5,13	45,55
	Total	**100**	**100**	**100**
	N	**347**	**156**	**191**

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006).",. Ano 2009.

Quanto à exposição a informação sobre a ALMG em mídias comerciais 56,48% dos indivíduos possuem alta exposição (acima de 5 em uma escala de 0 a 8), sendo o grupo tratamento 8,3% mais expostos que o grupo controle. No relativo ao interesse pela ALMG o quadro se repete, 64% possuem interesse e o tratamento possui 16% a mais que o controle, 71,2% e 55,13% respectivamente.

Como foram desconsideradas as respostas ausentes, agora 55,04% dos indivíduos participaram de Seminários Legislativos (tratamento), ainda próximo dos 50% pensados no desenho amostral original. Já no relativo a quantidade de eventos que frequentaram na ALMG, temos que 15,56% não participaram de nenhum evento, 27,7% participaram de 1 a 2 eventos, 29,4% de 3 a 4 eventos e 27,38% de 5 a 7, portanto, a grande maioria dos indivíduos 56,77% participaram de mais de 3 eventos da Casa. Já em relação aos grupos, tratamento e controle tiveram respectivamente: 19,9% e 37,18% de participantes de 1 a 2 eventos; 34,55% e 23,08% de 3 a 4; e 45,55% e 5,13% de 5 a 7 eventos. Mostrando que o grupo tratamento participou mais de outros eventos da Casa do que o grupo Controle.

As médias dos valores das variáveis dependentes, confiança, avaliação (ALMG, deputados e técnicos) e imagem por categorias das variáveis de interesse são apresentadas na Tabela 8. Sendo que não se verifica uma tendência muito clara da escolaridade com as variáveis dependentes, o que se pode notar mais nitidamente é que indivíduos com escolaridade mais baixa avaliam melhor a ALMG e deputados. Quanto à identificação com o PSDB e PT, percebe-se que aqueles que possuem identificação com qualquer um desses partidos possuem maiores níveis de todas variáveis dependentes, mas os que se identificam com o PSDB possuem maiores níveis.

Tabela 8 - Média da Confiança, Avaliação e Imagem por variáveis independentes

	Categorias	Confiança na ALMG	Avaliação			Imagem da ALMG
			ALMG	Deputados	Técnicos	
Escolaridade	Ensino Fundamental	0,13	5,07	5	5,54	6,08
	Ensino Médio	0,32	5,2	4,86	5,9	6,47
	Ensino Superior	0,21	4,63	4,14	5,61	5,98
	Pós-graduação	0,19	4,51	4,32	6,06	5,97
Identificação com o PSDB	0 a 5	0,19	4,51	4,17	5,73	5,94
	6 a 10	0,35	5,49	5,17	6,18	6,57
Identificação com o PT	0 a 5	0,20	4,38	4,03	5,58	5,86
	6 a 10	0,25	5,21	4,9	6,17	6,39
Somatório de exposição a informação sobre a ALMG	0	0,2	3	3,25	1,67	7
	1	0	2,67	2,67	5,17	5,33
	2	0,15	3,64	3,31	4,84	4,28
	3	0,23	4,81	4,65	5,36	6
	4	0,19	4,43	4,28	5,52	6,39
	5	0,2	4,75	4,43	6,18	6
	6	0,3	5,28	4,81	6,12	6,62
	7	0,24	5,36	4,82	6,2	6,32
	8	0,25	5,14	4,67	6,78	6,31
Interesse pela ALMG	Não	0,12	3,71	3,61	4,77	5,14
	Sim	0,28	5,24	4,78	6,32	6,53
Seminário Legi.	Não	0,19	4,61	4,44	5,55	6,03
	Sim	0,25	4,8	4,34	6,05	6,11
Quantidade de participação em eventos da ALMG	0 eventos	0,13	4,14	3,90	4,59	5,38
	1 a 2 eventos	0,24	4,65	4,30	5,33	6,09
	3 a 4 eventos	0,19	4,44	4,40	5,95	5,77
	5 a 7 eventos	0,28	5,40	4,72	6,66	6,75
	Total	**0,22**	**4,72**	**4,38**	**5,83**	**6,08**
	N	**345**	**334**	**333**	**272**	**320**

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006).", organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks. Ano 2009.

Já no tocante a exposição à informação observa-se uma tendência de quanto maior a exposição maior o nível das variáveis dependentes, apesar de um valor chamar atenção pela alta média de imagem para quem possui zero de exposição na escala de 0 a 8, porém essa informação deve ser analisada com cautela já que só existem 1,44% de casos nessa categoria. O mesmo se verifica para aqueles que possuem maior interesse pela ALMG e para os que participaram de Seminários Legislativos, porém nesse último exceto quanto à avaliação dos deputados que é um pouco mais baixa para os que participaram do evento.

Por fim, também existe uma tendência daqueles que participam mais de eventos da ALMG terem maiores níveis das variáveis dependentes, apesar de contrariamente a participação de 3 a 4 eventos apresentar níveis menores de confiança, avaliação da ALMG e imagem do que aqueles que participaram de 1 a 2 eventos.

4.1.3 Imagem do público geral versus lideranças da sociedade civil

A análise que se segue tenta ver se a imagem pública da ALMG apresenta diferença entre o público geral (sociedade mineira) e as lideranças, que seriam um público mais qualificado, com alta escolaridade, mais interessado por política, com alta exposição às mídias de informação e que participa de organizações da sociedade civil. Nesse sentido, acreditamos e alguns estudos apontam na direção de que as inovações institucionais da ALMG não foram acompanhadas de forma homogênea pela população, sendo provável que tenha sido mais intensa no público atento às informações e política (FUKS, 2010b). O que parece ser o caso das lideranças da sociedade civil aqui analisadas.

Nesse sentido na Tabela 9 comparamos dados apresentados por FUKS (2009) com base em pesquisa do Vox Populli da população mineira em geral e os dados das lideranças da sociedade civil – no tocante a confiança em relação à ALMG.

Tabela 9 - Confiança em instituições políticas

População mineira (%)

	ALMG			Congresso Nacional		
	1993	2003	2006	1993	2003	2006
Confia sempre	13	10	6	10	8	4
Confia na maior parte do tempo	12	16	15	9	15	11
Confia pouco	26	37	34	25	35	32
Não confia nunca	38	31	38	47	36	47
NS / NR	11	6	6	10	6	6
N	1153	5000	6300	1153	5000	6300

Fonte: Vox Populi, 1993, 2003, 2006 (em FUKS, 2009).

Lideranças da sociedade civil (%)

	ALMG	Congresso Nacional
	2009	2009
Confia sempre	4	3
Confia na maior parte do tempo	18	12
Confia ás vezes	62	57
Nunca confia	15	27
NS / NR	1	1
N	360	360

Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.",

Tabela 10 – Confiança na ALMG

Lideranças da sociedade civil – Confiança na ALMG						
	Tratamento	Controle	0 eventos	1 a 2	3 a 4	5 a7
Confia sempre	5,64	2,42	1,67	3,03	4,76	6,25
Confia na maior parte do tempo	19,49	15,76	11,67	20,2	14,29	22,92
Confia ás vezes	61,54	62,42	61,67	61,62	62,86	61,46
Nunca confia	12,82	18,18	21,67	14,14	18,1	9,38
NS / NR	0,5	1,21	3,33	1,01	0	0
N	360	360	60	99	105	96

Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Na Tabela 9 observa-se que o percentual daqueles que "confiam sempre" na ALMG diminuiu ao longo do tempo na sociedade mineira em geral, sendo somente 6% em 2006. Nas lideranças da sociedade civil esse percentual foi ainda mais baixo 4%, mas em 2009, dados de outro *survey* com a população em geral (PRMBH) de data mais próxima (2008) também mostra 4% nessa categoria. Porém ao juntarmos aqueles que confiam sempre com os que confiam na maior parte do tempo obtemos na população mineira 21% de confiança e 22% nas lideranças da sociedade civil, já no RMBH (2008) temos apenas 10% nessa situação. Ainda vale destacar que aqueles que "nunca confiam" são menores nas lideranças da sociedade civil e que o Congresso Nacional nas três pesquisas segue o mesmo padrão de maior desconfiança que a ALMG.

Com base nesses dados verifica-se aparentemente que só o fato de ser um público mais seleto não ocasiona uma confiança diferenciada em relação a população mineira em geral. Mas, levando-se em consideração os que participaram dos Seminários Legislativos e o grau de eventos frequentados na ALMG temos resultados expressivos. Pela Tabela 10 temos que o grupo tratamento, juntando as duas categorias de maior confiança, demonstra 25,13% em relação a 18,18% do controle de confiança na ALMG. E aqueles que participam de mais eventos chegam a alcançar 29,17% de confiança, 15,83% maior que aqueles que não frequentaram nenhum. Em relação ao congresso, os resultados se repetem, o grupo tratamento apresenta maior confiança, 16,92% em relação a 13,33% do controle (tabela no Anexo C).

4.2 Imagem da ALMG entre participantes e não participantes dos Seminários Legislativos

4.2.1 Análise de regressão

Posteriormente, a análise das estatísticas descritivas, foram estimados modelos de regressão, para as variáveis dependentes de avaliação e imagem com mínimos quadrados ordinários. Para confiança, foram estimados modelos logísticos binários. Buscou-se verificar os fatores que influenciariam as atitudes em relação à ALMG. Os modelos foram construídos de forma progressiva, com a inclusão de diferentes variáveis de um modelo para o outro. Os resultados das regressões estão organizados nas Tabelas 11 (avaliação da ALMG), 12 (avaliação dos deputados estaduais), 13 (avaliação dos técnicos), 14 (imagem da ALMG) e 15 (confiança na ALMG).

O primeiro modelo é o mais restrito e inclui variáveis independentes relativas a escolaridade, identificação pelo PSDB e PT, exposição à informação sobre a ALMG e interesse pela ALMG. O segundo modelo adiciona a variável de tratamento (se participou ou não dos seminários legislativos). O terceiro modelo adiciona as variáveis sobre a quantidade de eventos frequentados na Casa. O último modelo acrescenta termos interativos, que visam capturar o impacto da quantidade de eventos para indivíduos interessados e não interessados pela ALMG.[8]. Não foram colocadas as interações da participação ou não de Seminários Legislativos (tratamento e controle) e do interesse pela ALMG (que se encontram no Anexo D), optou-se pela primeira interação por ser a de maior impacto.

Dado que na análise dos gráficos preditos retomaremos interpretações mais detalhadas das principais variáveis de interesse e do elevado número de modelos de regressões utilizados, opta-se por centrar a análise somente na significância estatística e mencionar as variáveis com maiores impactos, sem a necessidade de nos atermos à interpretação bruta ou percentual da magnitude em si.

Para os modelos de avaliação da ALMG (Tabela 11), deputados (Tabela 12) e técnicos (Tabela 13), observamos que a escolaridade apresenta significância estatística,

[8] Incluiu-se, em todos os modelos apresentados, variáveis referentes às características sócio demográficas (renda, sexo, idade e raça). Como não se revelaram relevantes em nenhum dos modelos e não mudaram os efeitos das demais variáveis, por parcimônia, atributo relevante em bancos de dados com baixo número de observações, optou-se por não incluí-las nos modelos.

variando de 90% a 95%, na avaliação da ALMG e deputados. A identificação pelo PSDB apresenta significância nos três tipos de avaliação, a 99%, porém na avaliação dos técnicos a significância diminui para 90% e 95%. A identificação com o PT apresenta forte significância de 99% na avaliação dos deputados e ALMG e não tem significância para os técnicos. A exposição à informação foi significante em todos os tipos de avaliação. O interesse pela ALMG foi significante em todos os casos, na maioria a 99%. A variável de tratamento não foi significante em nenhuma das avaliações. A quantidade de eventos frequentados (Modelo3) só foi significante na avaliação da ALMG (de 5 a 7 eventos a 95%) e dos técnicos para quem participou de 3 a 4 (a 90% de significância) e de 5 a 7 eventos (a 99%). A interação da quantidade de eventos com o interesse pela ALMG se mostra interessante, independente de quantos eventos participou se o individuo possuía interesse a interação é significante, somente para os casos daqueles que não participaram de nenhum evento e tem interesse que esse quadro não é verdadeiro, porém na avaliação da ALMG mesmo essa situação apresenta significância.

Em resumo, para as avaliações, as variáveis que mais se destacaram foram as interações, o interesse pela ALMG e a participação de 5 a 7 eventos (essa última menos para a avaliação dos deputados). Em menor medida a identificação com o PSDB e a exposição à informação para todas avaliações, e ainda, a identificação com o PT e a escolaridade para avaliação da ALMG e deputados.

Tabela 11 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação da Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	2.496***	2.447***	2.159***	2.101***
	(0.467)	(0.473)	(0.510)	(0.549)
Escolaridade	-0.279**	-0.290**	-0.257**	-0.252*
	(0.130)	(0.132)	(0.130)	(0.131)
Identificação pelo PSDB	0.244***	0.249***	0.256***	0.255***
	(0.0410)	(0.0416)	(0.0409)	(0.0412)
Identificação pelo PT	0.112***	0.112***	0.116***	0.117***
	(0.0365)	(0.0365)	(0.0363)	(0.0365)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.141**	0.138**	0.142**	0.143**
	(0.0618)	(0.0620)	(0.0617)	(0.0620)
Interesse pela ALMG	1.167***	1.140***	1.028***	
(Referência: sem interesse)	(0.266)	(0.270)	(0.275)	
Participou de Seminários Legislativos		0.154		
(Referência: não participou)		(0.227)		
Participou de 1 a 2 eventos			0.484	
(Referência: 0 eventos)			(0.348)	
Participou de 3 a 4 eventos			-0.0576	
(Referência: 0 eventos)			(0.352)	
Participou de 5 a 7 eventos			0.743**	
(Referência: 0 eventos)			(0.370)	
Não participou de eventos e tem interesse				1.153**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.586)
1 a 2 eventos e tem interesse				1.621***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.473)
1 a 2 eventos sem interesse				0.460
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.465)
3 a 4 eventos com interesse				0.968**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.458)
3 a 4 eventos sem interesse				0.0976
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.506)
5 a 7 eventos com interesse				1.799***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.449)
5 a 7 eventos sem interesse				0.919
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.714)
Observações	334	334	334	334
R^2 ajustado	0.221	0.220	0.237	0.230
R^2	0.233	0.234	0.255	0.256

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 12 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação dos deputados", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	2.206***	2.227***	1.966***	2.017***
	(0.445)	(0.451)	(0.489)	(0.525)
Escolaridade	-0.213*	-0.208*	-0.212*	-0.209*
	(0.123)	(0.124)	(0.124)	(0.125)
Identificação pelo PSDB	0.248***	0.246***	0.254***	0.254***
	(0.0388)	(0.0394)	(0.0391)	(0.0394)
Identificação pelo PT	0.144***	0.143***	0.144***	0.144***
	(0.0345)	(0.0346)	(0.0348)	(0.0349)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.118**	0.119**	0.114*	0.114*
	(0.0589)	(0.0591)	(0.0594)	(0.0598)
Interesse pela ALMG	0.826***	0.838***	0.748***	
(Referência: sem interesse)	(0.252)	(0.255)	(0.263)	
Participou de Seminários Legislativos		-0.0634		
(Referência: não participou)		(0.215)		
Participou de 1 a 2 eventos			0.365	
(Referência: 0 eventos)			(0.334)	
Participou de 3 a 4 eventos			0.210	
(Referência: 0 eventos)			(0.335)	
Participou de 5 a 7 eventos			0.447	
(Referência: 0 eventos)			(0.351)	
Não participou de eventos e tem interesse				0.594
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.558)
1 a 2 eventos e tem interesse				1.116**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.449)
1 a 2 eventos sem interesse				0.233
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.448)
3 a 4 eventos com interesse				0.884**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.433)
3 a 4 eventos sem interesse				0.186
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.480)
5 a 7 eventos com interesse				1.135***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.424)
5 a 7 eventos sem interesse				0.398
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.658)
Observações	333	333	333	333
R^2 ajustado	0.209	0.207	0.207	0.200
R^2	0.221	0.221	0.226	0.226

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 13 - Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação do corpo técnico", Brasil, 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	3.250***	3.170***	2.752***	3.029***
	(0.604)	(0.611)	(0.668)	(0.731)
Escolaridade	0.133	0.115	0.101	0.0987
	(0.166)	(0.167)	(0.165)	(0.165)
Identificação pelo PSDB	0.0917*	0.100*	0.113**	0.117**
	(0.0539)	(0.0548)	(0.0537)	(0.0540)
Identificação pelo PT	0.0588	0.0591	0.0561	0.0529
	(0.0465)	(0.0466)	(0.0462)	(0.0464)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.191**	0.185**	0.167**	0.157*
	(0.0809)	(0.0813)	(0.0806)	(0.0810)
Interesse pela ALMG	1.133***	1.093***	0.783**	
(Referência: sem interesse)	(0.344)	(0.347)	(0.356)	
Participou de Seminários Legislativos		0.261		
(Referência: não participou)		(0.296)		
Participou 1 a 2 eventos			0.568	
(Referência: 0 eventos)			(0.473)	
Participou 3 a 4 eventos			0.854*	
(Referência: 0 eventos)			(0.473)	
Participou 5 a 7 eventos			1.491***	
(Referência: 0 eventos)			(0.487)	
Não participou de eventos e tem interesse				0.167
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.785)
1 a 2 eventos e tem interesse				1.207*
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.627)
1 a 2 eventos sem interesse				0.243
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.630)
3 a 4 eventos com interesse				1.339**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.601)
3 a 4 eventos sem interesse				0.830
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.678)
5 a 7 eventos com interesse				2.160***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.580)
5 a 7 eventos sem interesse				0.423
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.904)
Observações	272	272	272	272
R^2 ajustado	0.105	0.104	0.130	0.128
R^2	0.121	0.124	0.155	0.163

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Os resultados para o constructo de imagem da ALMG (Tabela 14) são similares aos da avaliação, porém a exposição à informação não possui significância estatística em nenhum dos modelos e a escolaridade também não. As variáveis que mais se destacaram foram as mesmas. Novamente, o fato de participar de Seminários Legislativos não apresentou significância estatística, assim como a escolaridade.

Tabela 14 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "imagem da Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	4.392***	4.396***	3.915***	3.940***
	(0.517)	(0.524)	(0.564)	(0.618)
Escolaridade	-0.179	-0.178	-0.152	-0.156
	(0.145)	(0.146)	(0.145)	(0.146)
Identificação pelo PSDB	0.150***	0.149***	0.168***	0.169***
	(0.0451)	(0.0460)	(0.0451)	(0.0454)
Identificação pelo PT	0.0959**	0.0959**	0.0978**	0.0977**
	(0.0403)	(0.0404)	(0.0402)	(0.0404)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.0750	0.0752	0.0746	0.0736
	(0.0692)	(0.0693)	(0.0687)	(0.0693)
Interesse pela ALMG	1.121***	1.123***	0.961***	
(Referência: sem interesse)	(0.296)	(0.301)	(0.306)	
Participou de Seminários Legislativos		-0.0141		
(Referência: não participou)		(0.252)		
Participou de 1 a 2 eventos			0.685*	
(Referência: 0 eventos)			(0.387)	
Participou de 3 a 4 eventos			0.0675	
(Referência: 0 eventos)			(0.388)	
Participou de 5 a 7 eventos			0.905**	
(Referência: 0 eventos)			(0.406)	
Não participou de eventos e tem interesse				0.927
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.638)
1 a 2 eventos e tem interesse				1.594***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.532)
1 a 2 eventos sem interesse				0.718
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.532)
3 a 4 eventos com interesse				1.046**
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.515)
3 a 4 eventos sem interesse				-0.0152
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.572)
5 a 7 eventos com interesse				1.859***
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.501)
5 a 7 eventos sem interesse				0.857
(Referência: não participou e desinteressado)				(0.789)
Observações	320	320	320	320
R^2 ajustado	0.120	0.117	0.139	0.131
R^2	0.134	0.134	0.161	0.161

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Os resultados para a confiança na ALMG (Tabela 15) também são parecidos em relação aos já apresentados para avaliação e imagem. As variáveis que mais se destacaram, apresentando tanto significância estatística quanto econômica, foram as interações e o interesse pela ALMG, sendo que as interações da não participação com interesse apresentou significância a 90% e a interação da participação de 5 a 7 eventos sem interesse também. Em menor medida a identificação com o PSDB e com o PT (que pouco se diferenciam) foram significativas em todos os modelos. Novamente o fato de participar de Seminários Legislativos não apresentou significância estatística, assim como a escolaridade.

Tabela 15 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "confiança na Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	0.0858***	0.0751***	0.0511***	0.0330***
	(0.0525)	(0.0470)	(0.0366)	(0.0307)
Escolaridade	0.833	0.811	0.850	0.847
	(0.134)	(0.132)	(0.139)	(0.139)
Identificação pelo PSDB	1.120**	1.133**	1.131**	1.131**
	(0.0564)	(0.0579)	(0.0579)	(0.0581)
Identificação pelo PT	1.079*	1.079*	1.083*	1.086*
	(0.0495)	(0.0498)	(0.0501)	(0.0504)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	1.028	1.021	1.030	1.032
	(0.0812)	(0.0809)	(0.0827)	(0.0833)
Interesse pela ALMG	2.544***	2.429**	2.374**	
(Referência: sem interesse)	(0.915)	(0.883)	(0.884)	
Participou de Seminários Legislativos		1.444		
(Referência: não participou)		(0.410)		
Participou de 1 a 2 eventos			2.076	
(Referência: 0 eventos)			(1.015)	
Participou de 3 a 4 eventos			1.215	
(Referência: 0 eventos)			(0.613)	
Participou de 5 a 7 eventos			1.957	
(Referência: 0 eventos)			(0.978)	
Não participou de eventos e tem interesse				4.726*
(Referência: não participou e desinteressado)				(4.304)
1 a 2 eventos e tem interesse				6.750**
(Referência: não participou e desinteressado)				(5.519)
1 a 2 eventos sem interesse				3.704
(Referência: não participou e desinteressado)				(3.091)
3 a 4 eventos com interesse				4.790*
(Referência: não participou e desinteressado)				(3.901)
3 a 4 eventos sem interesse				1.107
(Referência: não participou e desinteressado)				(1.151)
5 a 7 eventos com interesse				6.556**
(Referência: não participou e desinteressado)				(5.243)
5 a 7 eventos sem interesse				5.412*
(Referência: não participou e desinteressado)				(5.391)
Observações	345	345	345	345
-2 * log. da verossimilhança	342,72812	341,0314	338,46276	336,11386
Graus de liberdade	5	6	8	11
Teste de qui-quadrado da razão da verossimilhança[1]	21,09***	1,70	4,27	6,61
Pseudo R^2	0.0580	0.0626	0.0697	0.0762

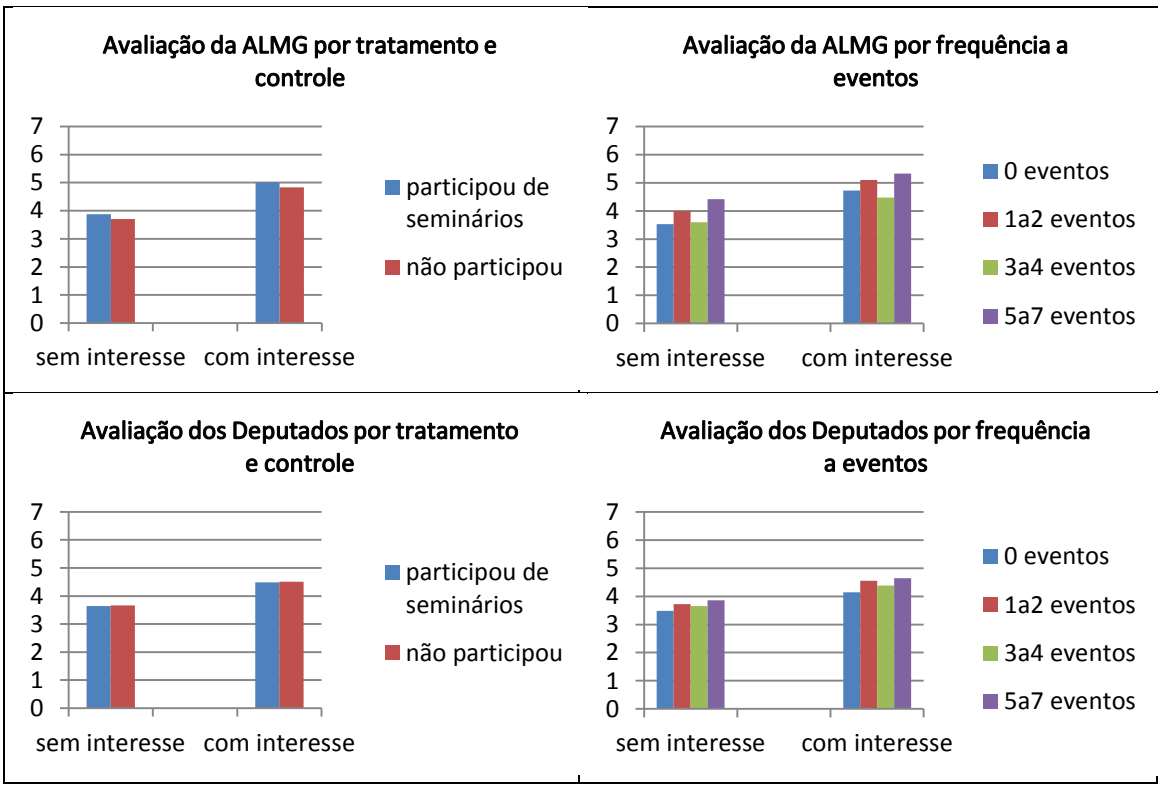
Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
(1) Utilizado para comparação de modelos aninhados. Se o teste é significante, é afirmado que o modelo atual não pode ter o número de variáveis independentes reduzido.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

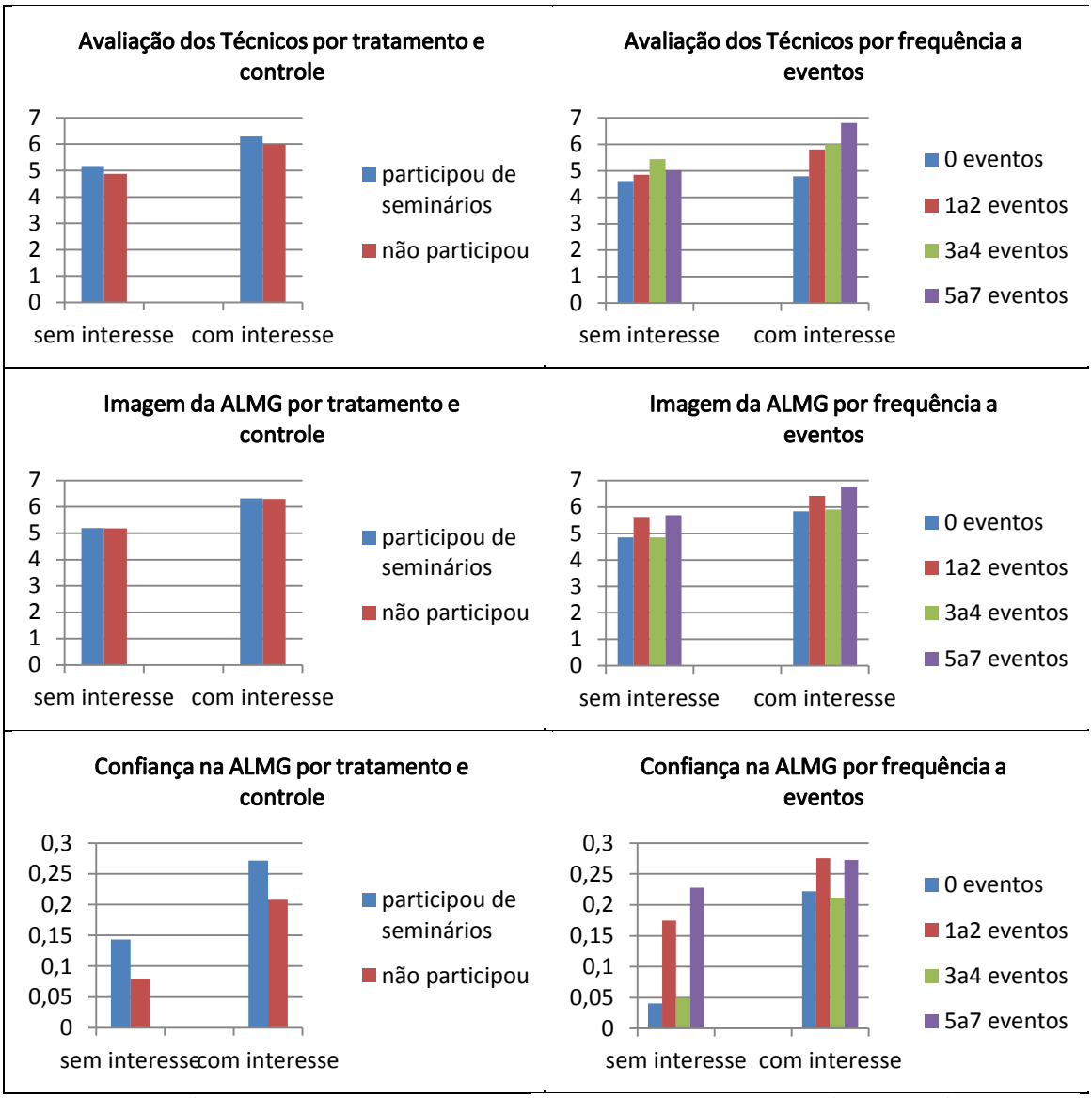
Após a estimação das regressões, foi possível identificar as variáveis de maior significância estatística e com maior magnitude nos modelos. Foram então elaborados

gráficos de valores preditos (Figura 1) que elucidam mais claramente e facilmente as interpretações das variações, permitem a comparação de perfis de indivíduos e, portanto, permite observar mais atentamente se existem grandes diferenças entre o grupo de tratamento e controle.

Para construção dos gráficos utilizou-se o modelo de regressão com as seguintes variáveis independentes: escolaridade, identificação com o PSDB, identificação com o PT, exposição à informação sobre a ALMG, interesse pela ALMG, participação ou não em Seminários Legislativos e frequência de participação em eventos (Modelo 3 nas tabelas anteriores). Manteve-se constante as variáveis independentes dos modelos de regressão, com exceção da "frequência de participação em eventos", "interesse pela ALMG" e da "participação ou não em Seminários". A variável escolaridade foi colocada constante em superior e pós-graduação, já que 76,67% dos indivíduos estão nessa categoria. As variáveis de identificação com o PSDB e com o PT e a exposição à informação sobre a ALMG foram deixadas constantes na média. Os valores preditos estimados estão expostos na Figura 1.

Figura 1 – Gráficos preditos das variáveis dependentes por tratamento e controle; e por frequência a eventos para interessados e não interessados na ALMG.





Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009

Com base nos gráficos preditos da Figura 1, podemos ter uma constatação mais geral no que diz respeito a cada dimensão da percepção da instituição. No relativo à avaliação, compreendida como uma escala que varia de 0 a 10, temos que a avaliação da ALMG só ultrapassa a média de 5 pontos da escala, para indivíduos interessados pela ALMG que participaram de 1 a 2 eventos ou de 5 a 7 eventos. O menor valor na escala pertence aqueles que não participaram de nenhum evento e são desinteressados 3,53 pontos.

A avaliação dos deputados é a pior das avaliações, não ultrapassando nunca a média de 5 pontos e possuindo a melhor nota daqueles interessados que participaram de 5 a 7 eventos (4,64) e a pior nota dos desinteressados que não participaram de nenhum

evento (3,48). A avaliação dos técnicos é a melhor, ultrapassando a média de 5 pontos na escala inclusive para os desinteressados que participaram de mais de 3 eventos. Tendo a melhor nota para os interessados que participaram de mais de 5 eventos (6,80) e a menor para os desinteressados que não participaram (4,61).

O constructo de imagem da ALMG (0 a 12 pontos) só ultrapassou sua média de 6 pontos para os interessados que frequentaram de 1 a 2 eventos ou de 5 a 7 eventos. Tendo a melhor nota para esses últimos (6,73) e a pior para os desinteressados que não frequentaram nenhum evento (4,85).

A confiança na ALMG, que pode variar de 0 a 1 em seus valores preditos, não apresentou nenhum valor próximo de sua média, o que seria muito alto dado o panorama da confiança nas instituições políticas. O maior valor alcançado foi para aqueles interessados que participaram de 1 a 2 eventos (0,28) e o menor valor para os desinteressados que não participaram (0,04). Cabe destacar que o desinteressado que participou de 1 a 2 eventos chega a alcançar 0,18.

Porém, as principais conclusões que chegamos apontam para a importância de se considerar o interesse pela ALMG. Verifica-se nas regressões (Tabelas 11 a 15) e nos gráficos preditos (Figura 1) que os indivíduos mais interessados pela ALMG, independente de serem do grupo de tratamento ou controle, apresentam melhores percepções sobre a Casa. Podemos observar que os indivíduos que não participaram de seminários legislativos, mas tem interesse pela Assembleia sempre possuem percepções melhores do que aqueles que participaram do evento e não tem interesse pela ALMG. Eles ainda possuem percepções positivas muito próximas daqueles que participaram dos seminários e tem interesse, exceto para confiança, em que estão abaixo dos participantes interessados (mas na regressão essa diferença não se mostrou significante estatisticamente). Os resultados são semelhantes para a frequência a eventos, sendo que mesmo os indivíduos que tiveram a mais alta participação (mais de 5 eventos) e não são interessados pela ALMG apresentam percepções inferiores aqueles que não participaram de nenhum evento e possuem interesse, exceto para avaliação dos técnicos e confiança, em que o alto nível de participação supera um pouco aqueles que tem interesse sem participação. De fato, o interesse se mostra como sendo o grande fator para percepções mais positivas da Casa.

Outra constatação é que a maior frequência a eventos nem sempre demonstra uma clara tendência a melhores percepções da Assembleia, somente na avaliação dos técnicos com base nos gráficos preditos, observa-se uma melhora progressiva na avaliação à medida que se participa de mais eventos da ALMG. Porém, nas regressões, mesmo controlando pelo interesse pela ALMG, percebemos que a participação de 5 a 7 eventos é significante na avaliação da ALMG, dos técnicos e da imagem da ALMG, sendo que a participação de 3 a 4 eventos também é significativa para avaliação dos técnicos e a de 1 a 2 eventos na imagem. Mostrando que uma maior frequência a eventos de alguma forma apresenta relação com a imagem construída da instituição.

Por outro lado, deve-se considerar que o interesse pela ALMG não está distribuído homogeneamente entre os grupos, como mostra a Tabela 16, 71,28% do tratamento possui interesse ante 56,10% do controle. Em relação à quantidade de eventos, 42,37% daqueles que não participaram de eventos possuem interesse, dos que participaram de 1 a 2 eventos 50,51%, daqueles que foram de 1 a 3 eventos 69,52% e dos frequentes em 5 a7 eventos 86,46%. O teste de qui-quadrado ainda demonstra correlação significativa entre o fato de ser do grupo de tratamento e ter interesse pela ALMG e também entre a maior frequência a eventos e ter interesse. Acreditamos que seria então necessária a realização de equações estruturais com a qual se poderia captar o esperado efeito indireto do interesse sobre a participação, esforço que será deixado para outra oportunidade, devido ao tempo e limitações do uso da técnica pelo aluno nesse momento.

Tabela 16 – Interesse pela ALMG por tratamento e controle; e por frequência a eventos da ALMG

	Tem interesse pela ALMG	Não tem interesse pela ALMG
Tratamento	71,28	28,72
Controle	56,1	43,9
Pearson chi2(1) = 8.9526 Pr = 0.003		
0 eventos	42,37	57,63
1 a 2 eventos	50,51	49,49
3 a 4 eventos	69,52	30,48
5 a 7 eventos	86,46	13,54
Pearson chi2(3) = 42.3704 Pr = 0.000		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às hipóteses do estudo não conseguimos corroborar todas elas. Não foi corroborada a hipótese de um maior valor das variáveis dependentes para quem participou dos seminários legislativos. O interesse pela ALMG se mostrou mais relevante nesse sentido e a maior frequência a eventos da Casa em alguns casos (avaliação da ALMG, técnicos e imagem). Isso nos leva à outra hipótese de que a avaliação dos deputados seria a menor das avaliações, o que foi corroborado pelo estudo e mesmo a frequência em mais eventos não se mostrou suficiente para uma melhor percepção dos deputados. A confiança foi uma dimensão que pelos gráficos preditos (Figura 1) apresenta maiores valores para os participantes e os mais frequentes a eventos. Porém, esses maiores valores não foram estatisticamente significantes nas regressões. A hipótese relativa a educação estava em aberto e parece corroborar a teoria do cidadão crítico de Norris (1999), dado que foi verificado que aqueles de maior escolaridade apresentam percepções sobre a ALMG piores nas dimensões da avaliação da ALMG e dos deputados em relação aos com menores níveis de escolaridade. Porém, os técnicos não são "contaminados" por essa avaliação negativa por parte dos mais escolarizados.

A hipótese sobre exposição à informação acerca da ALMG foi corroborada. Os mais expostos tiveram melhores percepções sobre a ALMG do que os com baixa exposição. A identificação com o partido governista (PSDB) e oposicionista (PT) foi de acordo com a teoria, mostrando que aqueles com identificação com o partido governista apresentaram melhores percepções da ALMG que os oposicionistas, que também apresentaram melhores percepções, mas em relação aqueles sem identificação. A Figura 2 no Anexo E ilustra bem a situação, as melhores percepções estão associadas àqueles

que se identificam com os dois partidos. Em seguida, vem aqueles que identificam com o PSDB, depois com o PT e por último aqueles que não se identificam com nenhum dos dois partidos.

Nossos resultados empíricos mostram que o interesse pela ALMG é o principal elemento para uma imagem positiva da ALMG, também temos a identificação por algum dos dois partidos (governista e oposicionista), principalmente o PSDB e a exposição a informação sobre a ALMG como fatores que contribuem para uma percepção positiva da instituição como um todo.

Quanto a participação nos Seminários Legislativos ou à frequência a outros eventos, tínhamos na análise descritiva indícios de estarem associados a melhores percepções. Porém, nas regressões somente a frequência a eventos controlando-se pelo interesse mostrou-se significante em alguns casos (exceto para avaliar os deputados e para confiança) e não verificou-se um padrão linear de aumento, já que a participação de 3 a 4 eventos ocasiona piores percepções que a de 1 a 2. Os gráficos preditos separando-se interessados e desinteressados minimizam os efeitos de qualquer participação e comprovam a importância do interesse.

5) Considerações finais

A análise das teorias nos mostrou que o atual contexto é marcado pela existência de uma cultura política da desconfiança, sobretudo, nas instituições políticas. Essa desconfiança pode ainda ser prejudicial, especialmente no contexto das novas democracias. Muitos estudos ressaltam o caráter duradouro da cultura política e, portanto, a tendência à inércia cultural, ou seja, a cultura nem sempre acompanha as mudanças institucionais. De fato os estudos sobre a população mineira e a imagem da ALMG não revelaram grande ruptura da população como um todo a imagem tradicional das instituições políticas. O estudo aqui empreendido com um público específico mostrou uma maior confiança daqueles que participaram de eventos institucionais comparados com a média geral da população mineira e da RMBH, porém considerando anos e bancos de dados diferentes. Em análises mais criteriosas, não se encontrou grandes evidências da participação nos Seminários Legislativos estar relacionada a uma imagem mais positiva da instituição como um todo, o que verificamos com maior

contundência é que indivíduos mais interessados pela instituição possuem percepções mais positivas do que aqueles desinteressados.

Estudos sobre a participação estar relacionada a uma maior confiança são poucos e nada conclusivos, existindo ainda dificuldades de se compreender esse processo. Nossos resultados empíricos trazem mais um fator a ser considerado em pesquisas - o interesse pela instituição, que se mostrou o elemento mais importante relacionado a uma imagem positiva.

Dessa forma, o desafio que se coloca com esses resultados é entender o mecanismo operante por traz do interesse pela instituição. Nossas análises empíricas mostraram que aqueles que participaram de eventos apresentaram maior interesse pela ALMG, o que relativiza conclusões sobre a não importância dos eventos para melhores percepções da ALMG. A falta de dados em dois períodos no tempo, não nos possibilita compreender se a participação nos eventos acarretou em um maior interesse nos participantes ou se os participantes já são indivíduos mais interessados. Outra opção que contribuiria para o melhor entendimento da relação entre interesse, participação e imagem institucional, seria a utilização de métodos de equações estruturais, deixamos aqui a sugestão para que mais avanços sejam produzidos sobre a questão em trabalhos futuros.

Como sugestão para pesquisas futuras que visem essa temática e queiram estudar a imagem institucional ressalta-se a necessidade de se preocupar com os mecanismos que relacionam o interesse pela instituição e a participação. Vislumbrar possibilidades de uma pesquisa com dois períodos no tempo, antes e depois da participação. Estratificar a amostragem por frequência de participação e tipo de eventos frequentados na instituição.

6) Referências Bibliográficas

ALMOND, G. & VERBA, S. (1963). ***The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations***. Princeton: Princeton University Press.

AMARAL, Ernesto. F. L. (2013). Avaliação utilizando experimentos. Curso: Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas. 14, 19 e 21 de mar. de 2013. 34 slides. Notas de Aula. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/dcp098-131/Aula04-06.pdf>. Acessado em: 20 de março, 2013.

ANASTASIA, F. (2001). Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F. (ed.). ***O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência***. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 23-83.

ARNOLD, C. et al. (2012): 'Trust in the institutions of the European Union: A cross-country examination', in: Beaudonnet, Laurie and Danilo Di Mauro (eds) ***Beyond Euro-skepticism: Understanding attitudes towards the EU***. European Integration online Papers (EIoP), Special Mini-Issue 2, Vol. 16, Article 8, Disponível em: <http://eiop.or.at/eiop/texte/2012-008a.htm>. Acessado em: 20 de março, 2013.

BLIND, P.K. (2006). Building Trust in Government in the Twenty-First Century-Review of Literature and Emerging Issues. ***7th Global Forum on Reinventing Government - Building Trust in Government***. Vienna, Austria, United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA). Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan025062.pdf>. Acessado em: 10 de junho, 2013.

BONIFÁCIO, Robert. (2012). Confiança institucional e participação política na América Latina: os casos de Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (2006 2010). In: ***8º Encontro Nacional da ABCP***, Gramado, RS. Anais do 8º Encontro Nacional da ABCP, 2012.

BOOTH, J.; GOMEZ, M.; SELIGSON, M. (2006). Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. ***Opinião Pública***, v. 12, nº1, 2006.

BORBA, Julian. (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. ***Opin. Publica***, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005.

CASALECCHI, G. Á. (2011). ***Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008***. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

CHRISTENSEN, T & LÆGREID, P. (2002). Trust in Government: The relative importance of service satisfaction, political factors and demography, Stein Rokkan Centre for Social Studies, Bergen University Research Foundation, ***Working Paper*** 18. 2002.

COLEN, C. M. L. (2009). ***Os determinantes do apoio à democracia nos países da América Latina***. 2009. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CROZIER, Michel ([1970] 1973) ***The Stalled Society***. New York: Viking Press.

CROZIER, M., HUNTINGTON, S. & WATANUKI, J. (1975) ***The Crisis of Democracy***, New York University Press, New York.

DAHL, Robert. (1971). A crença dos ativistas políticos (Cap. 8) em: ***Poliarquia***, São Paulo, EdUSP, 2005 (1971).

DALTON, Russell J. (2004). ***Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies***. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EASTON, D. (1965). ***A system analysis of political life***. Nova York, Wiley.

FREIRE, A. O. G. (2012). ***Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo Empírico sobre o Papel da Confiança Interpessoal para a Resolução dos Dilemas da Ação Coletiva***. 2012. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília.

FUKS, M. & FIALHO, F. (2009). Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). ***Opinião Pública***, Campinas, v. 15, p. 82-106.

FUKS, Mário. (2010a). Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembléia legislativa de Minas Gerais (1999-2003). ***Rev. Sociol. Polit.***, Curitiba, v. 18, n. 36. Junho, 2010.

FUKS, Mário. (2010b). Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002). In: ***Revista Brasileira de Ciência Política***, nº 4. Brasília, jul-dez.. 2010, pp. 257-282.

FUKS, M. & CASALECCHI, G. (2011). Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro. In: ***35º Encontro anual da Anpocs***, 2011, Caxambu. 35º Encontro anual da Anpocs, 2011.

FUKS, M. & CASALECCHI, G. (prelo). Quando confiar é bom? A experiência da ALMG e do parlamento jovem mineiro. Apresentado em congresso e em fase de publicação. 2012.

IMBENS, G. & ANGRIST, J. (1994). "Identification and estimation of local average treatment effects". ***Econometrica***, Vol. 62, No. 2. (Mar., 1994), 467–75.

INGLEHART, Ronald. (1999). Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy. In: NORRIS, Pippa (ed). ***Critical citizens: global support for democratic government***. Oxford: Oxford University Press, 1999.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. (2005), ***Modernization, Cultural Change, and Democracy: the Human Development Sequence***. New York, Cambridge University Press.

KING, A. (1975). Overload: problems of governing in the 1970s. ***Political Studies***, v. 23, p. 284-296.

KLINGEMANN, H. (1999) "Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis", in P. Norris (ed.): ***Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance***. Oxford: Oxford University Press.

LAGOS, M. (1997). Latin America's smiling mask. ***Journal of Democracy***, v. 8, n. 3, p. 125-138.

LI, Lianjiang. (2006). "Political Trust and Political Participation in Rural China". Paper presented at the annual meeting of the ***The Midwest Political Science Association***, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, 20 de abril, 2006. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p141246_index.html>

MILBRATH, L. (1965). ***Political participation: how and why do people get involved in politics?***. Chicago: Rand McNally.

MILLER, A. H. AND O. LISTHAUG. (1990). "Political Parties and Confidence in Government: A Comparison of Norway, Sweden and the United States," ***British Journal of Political Science*** 20, 3 (July 1990): 357-386.

MISHLER, W.; ROSE, R. (1999). Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe in NORRIS, P. (editor). ***Critical Citizens Global Support for Democratic Governance***. Oxford: Oxford University Press.

MOISES, José Álvaro. (1995). ***Os brasileiros e a democracia***. São Paulo: Ática.

MOISES, José Álvaro. (2005). A desconfiança nas instituições democráticas. ***Opin. Publica***, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005.

NEWTON, K. (1999). 'Social and political trust in established democracies', in Pippa Norris, ed.. ***Critical Citizens Global Support for Democratic Governance***. Oxford, Oxford University Press: 169-87.

NEWTON, K. AND P. NORRIS. (2000). "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?" in: ***Disaffected Democracies: What's troubling the Trilateral Democracies?*** S. J. Pharr and R.D. Putnam (eds.) New Jersey: Princeton University Press, p. 52-73.

NORRIS, P. (1999). ***Critical Citizens: global support for democratic government***. Cambridge: Oxford University Press.

NORRIS, Pippa. (2011). ***Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited***. Cambridge. New York. 2011.

ORNELAS, C. K. (2012). ***Seminários Legislativos na ALMG: limites e possibilidades para o aperfeiçoamento da democracia representativa***. 2012. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

POWER, T. J. & JAMISON, G. D. (2005). Desconfiança política na América Latina. ***Opinião Pública***, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, maio. 2005.

QUARESMA, G. (2013). ***O Parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político***. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RENNO, Lucio R.. (2001). Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. ***Opin. Publica***, Campinas, v. 7, n. 1, 2001.

SHAH, Dhavan V. (1998). "Civic Engagement, Interpersonal Trust, and Television Use: An Individual-Level Assessment of Social Capital." ***Political Psychology*** 19 (3): 469-496.

SILVA, E. N. (2003). ***Efeito do número de filhos na distribuição condicional da renda familiar: Uma Aplicação de Variáveis Instrumentais para Estimar o Efeito Quantílico de um Tratamento***. 2003. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Economia – PIMES – da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Wang, X. & M. Wan Wart (2007) "When Public Participation in Administration Leads to Trust: an Empirical Assessment of Managers Perceptions" in: ***Public Administration Review*** 67(2):265-277.

WOOLDRIDGE, J. (2008). ***Introdução à econometria: uma abordagem moderna***. São Paulo: Cengage Learning.

WORTHY, B. & GRIMMELIKHUIJSEN, S.G. (2012). How political culture and institutions shape transparency and trust in the UK and in the Netherlands. ***Transatlantic Conference on Transparency Research***, June 8-9, 2012 in Utrecht, The Netherlands.

7) Anexos

7.1) Anexo A

Tabela 17 - Confiança no Congresso para lideranças da sociedade civil

Lideranças da sociedade civil – Confiança no Congresso						
	Tratamento	Controle	0 eventos	1 a 2	3 a 4	5 a7
Confia sempre	3,59	2,42	0,00	3,06	4,72	3,61
Confia na maior parte do tempo	13,33	10,91	5,48	11,22	11,32	20,48
Confia ás vezes	58,46	55,76	56,16	56,12	63,21	51,81
Nunca confia	24,10	30,3	36,99	29,59	20,75	22,89
NS / NR	0,51	0,61	1,37	0	0	1,2
N	360	360	60	99	105	96

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

7.2) Anexo B

Tabela 18 - Distribuição Percentual sociodemográficas (sexo, raça, renda)

	Categorias	**Geral**	**Não-participantes**	**Participantes**
Sexo	Feminino	37,75	32,69	41,88
	Masculino	62,25	67,31	58,12
Raça	Brancos	50,87	45,51	55,26
	Não – Brancos	49,13	54,49	44,74
Renda	até 3 S.Ms	5,76	3,85	7,33
	de 3 S.Ms. a 7 S.Ms.	18,16	21,15	15,71
	de 7 S.Ms. a 15 S.Ms.	29,39	25,64	32,46
	de 15 S.Ms. a 30 S.Ms.	30,84	32,05	29,84
	mais de 30 S.Ms.	15,85	17,31	14,66
	Total	**100**	**100**	**100**
	N	**347**	**218**	**129**

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

Tabela 19 - Média da Confiança, Avaliação e Imagem por sociodemográficas

	Categorias	Confiança na ALMG	Avaliação			Imagem da ALMG
			ALMG	Deputados	Técnicos	
Sexo	Feminino	0,18	4,62	4,30	5,52	6,06
	Masculino	0,24	4,78	4,43	6,01	6,08
Raça	Brancos	0,21	4,75	4,46	6,08	6,06
	Não – Brancos	0,23	4,69	4,34	5,64	6,11
Renda	até 3 S.Ms	0,15	4,37	4,05	4,67	6,22
	de 3 S.Ms. a 7 S.Ms.	0,33	4,89	4,61	5,63	6,24
	de 7 S.Ms. a 15 S.Ms.	0,19	4,78	4,27	6,10	6,59
	de 15 S.Ms. a 30 S.Ms.	0,25	4,81	4,47	5,81	5,77
	mais de 30 S.Ms.	0,13	4,34	4,28	6,07	5,47
	Total	**0,22**	**4,72**	**4,38**	**5,83**	**6,08**
	N	**347**	**347**	**347**	**347**	**347**

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

7.3) Anexo C

Tabela 20 – Confiança em instituição não políticas - lideranças da sociedade civil

Confiança em outras instituições			
	Igreja	Exército	Empresas
Tratamento	43,52	53,44	34,02
Controle	49,08	64,15	45,12
0 eventos	50,00	71,83	52,78
1 a 2 eventos	43,88	52,63	32,65
3 a 4 eventos	47,62	56,73	41,55
5 a 7 eventos	43,21	55,13	31,71

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

7.4) Anexo D

Tabela 25 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação da Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3
Constante	2.496***	2.447***	2.546***
	(0.467)	(0.473)	(0.491)
Escolaridade	-0.279**	-0.290**	-0.287**
	(0.130)	(0.132)	(0.132)
Identificação pelo PSDB	0.244***	0.249***	0.249***
	(0.0410)	(0.0416)	(0.0417)
Identificação pelo PT	0.112***	0.112***	0.112***
	(0.0365)	(0.0365)	(0.0365)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.141**	0.138**	0.135**
	(0.0618)	(0.0620)	(0.0622)
Interesse pela ALMG	1.167***	1.140***	
(Referência: sem interesse)	(0.266)	(0.270)	
Participou de Seminários Legislativos		0.154	
(Referência: não participou)		(0.227)	
Tratamento com interesse			1.254***
(Referência: controle e desinteressado)			(0.330)
Tratamento sem interesse			-0.0767
(Referência: controle e desinteressado)			(0.381)
Controle com interesse			0.978***
(Referência: controle e desinteressado)			(0.345)
Observações	334	334	334
R^2 ajustado	0.221	0.220	0.237
R^2	0.233	0.234	0.255

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 22 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação dos deputados", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3
Constante	2.206***	2.227***	2.326***
	(0.445)	(0.451)	(0.470)
Escolaridade	-0.213*	-0.208*	-0.204
	(0.123)	(0.124)	(0.124)
Identificação pelo PSDB	0.248***	0.246***	0.246***
	(0.0388)	(0.0394)	(0.0394)
Identificação pelo PT	0.144***	0.143***	0.143***
	(0.0345)	(0.0346)	(0.0346)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.118**	0.119**	0.115*
	(0.0589)	(0.0591)	(0.0593)
Interesse pela ALMG (Referência: sem interesse)	0.826***	0.838***	
	(0.252)	(0.255)	
Participou de Seminários Legislativos (Referência: não participou)		-0.0634	
		(0.215)	
Tratamento com interesse (Referência: controle e desinteressado)			0.736**
			(0.312)
Tratamento sem interesse (Referência: controle e desinteressado)			-0.287
			(0.363)
Controle com interesse (Referência: controle e desinteressado)			0.683**
			(0.326)
Observações	333	333	333
R^2 ajustado	0.209	0.207	0.206
R^2	0.221	0.221	0.222

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 23 - Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "avaliação do corpo técnico", Brasil, 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3
Constante	3.250***	3.170***	3.457***
	(0.604)	(0.611)	(0.638)
Escolaridade	0.133	0.115	0.125
	(0.166)	(0.167)	(0.167)
Identificação pelo PSDB	0.0917*	0.100*	0.102*
	(0.0539)	(0.0548)	(0.0547)
Identificação pelo PT	0.0588	0.0591	0.0544
	(0.0465)	(0.0466)	(0.0466)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.191**	0.185**	0.177**
	(0.0809)	(0.0813)	(0.0813)
Interesse pela ALMG	1.133***	1.093***	
(Referência: sem interesse)	(0.344)	(0.347)	
Participou de Seminários Legislativos		0.261	
(Referência: não participou)		(0.296)	
Tratamento com interesse			1.227***
(Referência: controle e desinteressado)			(0.433)
Tratamento sem interesse			-0.374
(Referência: controle e desinteressado)			(0.510)
Controle com interesse			0.656
(Referência: controle e desinteressado)			(0.449)
Observações	272	272	272
R^2 ajustado	0.105	0.104	0.108
R^2	0.121	0.124	0.131

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 24 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "imagem da Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3
Constante	4.392***	4.396***	4.575***
	(0.517)	(0.524)	(0.549)
Escolaridade	-0.179	-0.178	-0.176
	(0.145)	(0.146)	(0.146)
Identificação pelo PSDB	0.150***	0.149***	0.149***
	(0.0451)	(0.0460)	(0.0459)
Identificação pelo PT	0.0959**	0.0959**	0.0942**
	(0.0403)	(0.0404)	(0.0404)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	0.0750	0.0752	0.0699
	(0.0692)	(0.0693)	(0.0695)
Interesse pela ALMG	1.121***	1.123***	
(Referência: sem interesse)	(0.296)	(0.301)	
Participou de Seminários Legislativos		-0.0141	
(Referência: não participou)		(0.252)	
Tratamento com interesse			1.038***
(Referência: controle e desinteressado)			(0.367)
Tratamento sem interesse			-0.394
(Referência: controle e desinteressado)			(0.432)
Controle com interesse			0.863**
(Referência: controle e desinteressado)			(0.385)
Observações	320	320	320
R^2 ajustado	0.120	0.117	0.118
R^2	0.134	0.134	0.137

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%.
Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

Tabela 25 – Modelos de regressão linear múltipla com mínimos quadrados ordinários para estimar a variável dependente "confiança na Assembleia de Minas", 2009.

Variáveis Independentes	Modelo1	Modelo2	Modelo3
Constante	0.0858***	0.0751***	0.0543***
	(0.0525)	(0.0470)	(0.0382)
Escolaridade	0.833	0.811	0.809
	(0.134)	(0.132)	(0.132)
Identificação pelo PSDB	1.120**	1.133**	1.130**
	(0.0564)	(0.0579)	(0.0578)
Identificação pelo PT	1.079*	1.079*	1.081*
	(0.0495)	(0.0498)	(0.0500)
Exposição a informação sobre a ALMG nas mídias comerciais	1.028	1.021	1.029
	(0.0812)	(0.0809)	(0.0820)
Interesse pela ALMG (Referência: sem interesse)	2.544***	2.429**	
	(0.915)	(0.883)	
Participou de Seminários Legislativos (Referência: não participou)		1.444	
		(0.410)	
Tratamento com interesse (Referência: controle e desinteressado)			4.335***
			(2.199)
Tratamento sem interesse (Referência: controle e desinteressado)			2.559
			(1.463)
Controle com interesse (Referência: controle e desinteressado)			3.619**
			(1.868)
Observações	345	345	345
-2 * log. da verossimilhança	342,72812	341,0314	338,831
Graus de liberdade	5	6	7
Pseudo R^2	0.0580	0.0626	0.0664

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%

Fonte: Pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006). Ano: 2009.

7.5) Anexo E

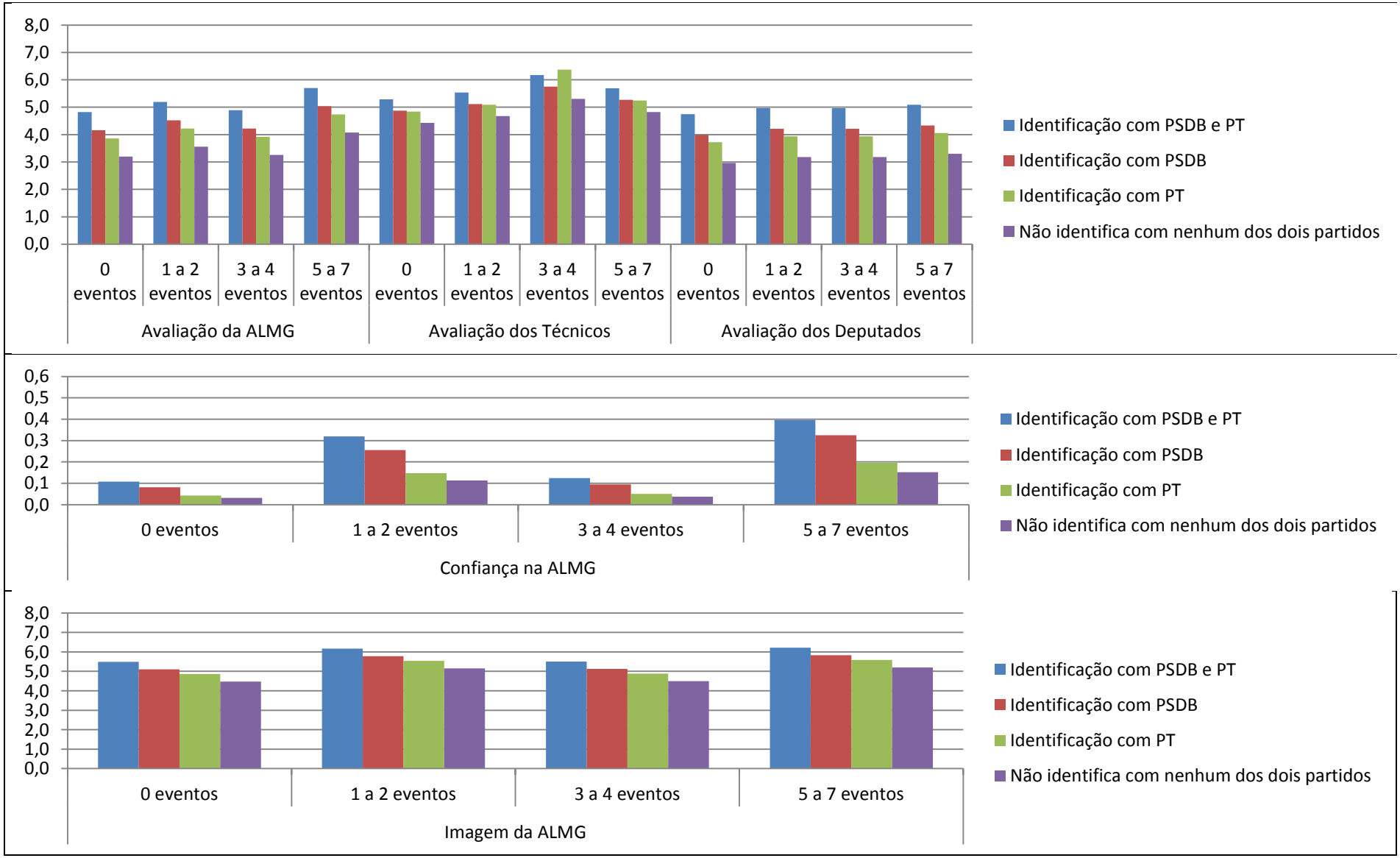
Tabela 26 - Distribuição Percentual das variáveis dependentes

Categorias	Avaliação			Imagem
	ALMG	Deputados	Técnicos	
0	5,99	7,21	4,41	2,81
1	3,29	3,30	2,21	1,25
2	8,08	6,61	5,15	4,06
3	9,88	13,21	4,78	3,44
4	13,47	17,12	8,46	8,44
5	22,75	24,62	16,18	16,25
6	14,97	12,61	12,50	20,00
7	10,78	8,71	19,85	17,81
8	7,78	5,71	16,91	12,81
9	2,69	0,60	3,68	7,81
10	0,30	0,30	5,88	3,75
11				0,94
12				0,63

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa "Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)". Ano: 2009.

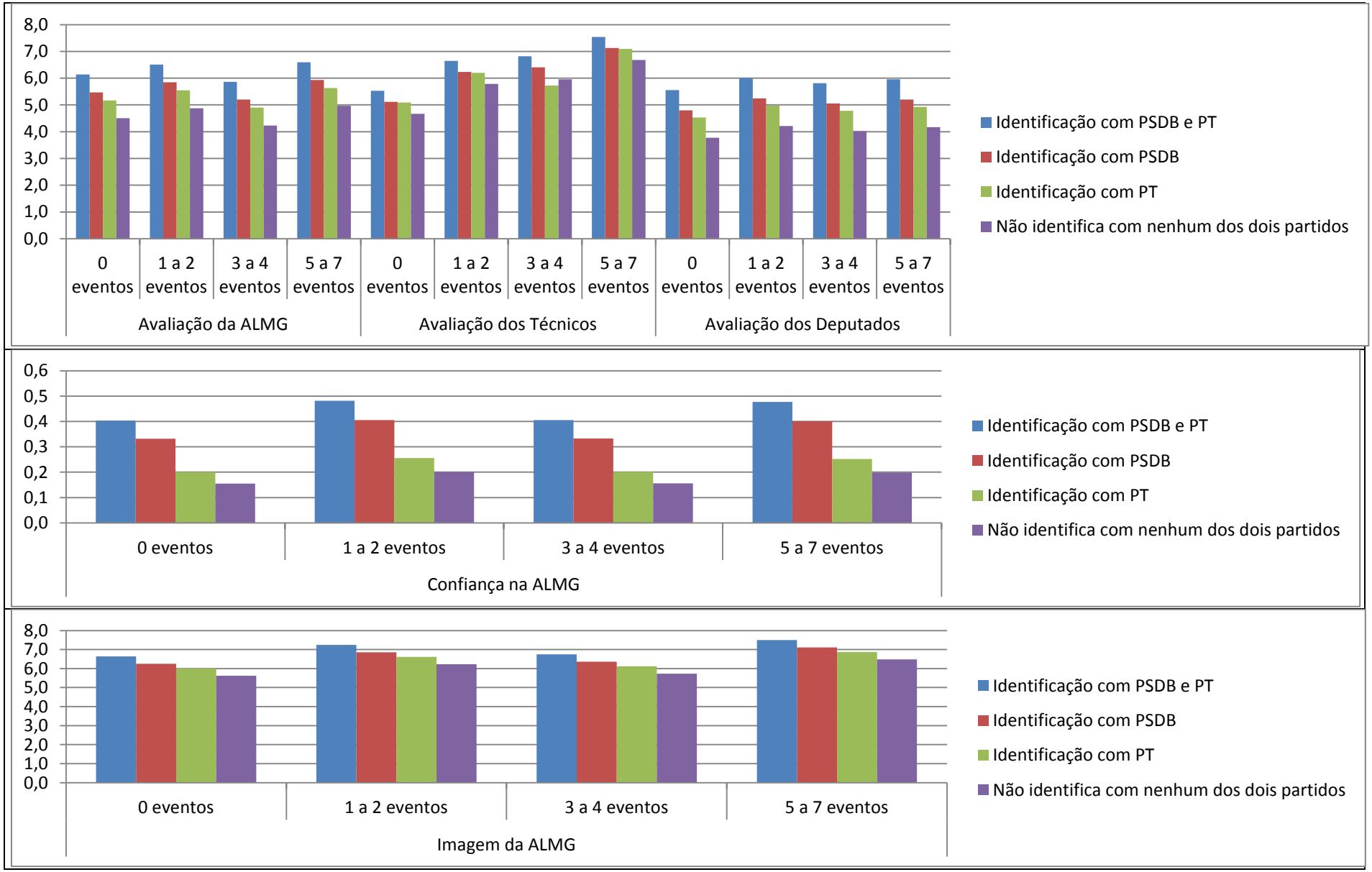
7.6) Anexo F

Figura 2 – Gráficos de avaliação predita para indivíduos <u>sem interesse</u> na ALMG



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa , Para construção dos gráficos utilizou-se o modelo de regressão com as seguintes variáveis independentes: escolaridade, identificação com o PSDB, identificação com o PT, exposição à informação sobre a ALMG, interesse pela ALMG e frequência de participação em eventos, Manteve-se constante as variáveis independentes dos modelos de regressão, com exceção da "frequência de participação em eventos" e da "identificação com PT e PSDB", A variável escolaridade foi colocada constante em superior e pós graduação, já que 76,67% dos indivíduos estão nessa categoria; a variável de exposição a informação sobre a ALMG foi deixada constante em alta exposição (maior que cinco no índice de 0 a 8) e "interesse pela ALMG" para esse gráfico ficou constante em 1 (tem interesse),

Figura 3 – Gráficos de avaliação predita para indivíduos com interesse na ALMG



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, Para construção dos gráficos utilizou-se o modelo de regressão com as seguintes variáveis independentes: escolaridade, identificação com o PSDB, identificação com o PT, exposição à informação sobre a ALMG, interesse pela ALMG e frequência de participação em eventos, Manteve-se constante as variáveis independentes dos modelos de regressão, com exceção da "frequência de participação em eventos" e da "identificação com PT e PSDB", A variável escolaridade foi colocada constante em superior e pós graduação, já que 76,67% dos indivíduos estão nessa categoria; e a variável de exposição a informação sobre a ALMG foi deixada constante em alta exposição (maior que cinco no índice de 0 a 8) e "interesse pela ALMG" para esse gráfico ficou constante em 0 (sem interesse),